

# DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS E NOTAS EXPLICATIVAS





Instituto Nacional do Seguro Social – INSS  
Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA  
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC  
Coordenação de Contabilidade – CCONT

---

**Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

---

**PRESIDENTE**

Leonardo José Rolim Guimarães

**DIRETOR DE GESTÃO DE PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO**

Rogério Soares de Souza

**COORDENADOR-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE**

Luiz Cláudio Sena Santos

**COORDENADOR DE CONTABILIDADE**

Omar Ney Nogueira Morais

**EQUIPE TÉCNICA**

Cristiani da Silva Botelho de Andrade

Daniel Leitão da Costa

Edna Maria da Cruz Duarte de Almeida

Fernanda de Sousa Ferreira Mendonça

Igor Ian Leão Teixeira

Josbete Monsueth Alves dos Santos

Juliana Faustino Veiga Neves

Leonardo de Sousa Oliveira

Lissandra Holanda Bonfim

Roberson Coelho de Abrantes

Sandra da Silva Lopes

Sérgio de Almeida Otoni

Vanderlei Padilha de Almeida

Venússia de Paula Costa

---



---

**Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

---

**SUMÁRIO**

1. DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS .....	10
1.1. Balanço Patrimonial.....	10
1.2. Demonstração das Variações Patrimoniais.....	13
1.3. Balanço Orçamentário .....	16
1.4. Balanço Financeiro .....	19
2. INFORMAÇÕES GERAIS .....	20
3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS .....	32
4. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONST. CONTÁBEIS .....	36
Nota 1 - Ativo .....	36
Nota 2 - Ativo Circulante.....	37
Nota 3 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo .....	37
Nota 4 - Ajuste para Perdas dos Créditos por Dano ao Patrimônio de CP e LP.....	39
Nota 5 - Ativo Não Circulante .....	50
Nota 6 - Passivo .....	50
Nota 7 - Passivo Circulante – Composição do INSS.....	51
Nota 8 - Passivo Não Circulante.....	56
Nota 9 - Receita da Folha de Benefícios.....	57
Nota 10 - RPV e Precatórios.....	59
Nota 11 - Demonstrações das Variações Patrimoniais .....	60
Nota 12 - Ações relacionadas ao COVID-19.....	64



---

**Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

---

**LISTA DE SIGLAS**

APS	Agência da Previdência Social
BF	Balanco Financeiro
BO	Balanco Orçamentário
BP	Balanco Patrimonial
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CCONT	Coordenação de Contabilidade
CF	Constituição Federal
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COVID-19	Coronavirus Disease 2019
CPTCE	Comissão Permanente de Tomada de Contas Especial
DATAPREV	Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência Social
DVP	Demonstração da Variação Patrimonial
DIROFL	Diretoria de Orçamento, Finanças e Contabilidade
DGPA	Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração
EPU	Encargo Previdenciário da União
IAPAS	Instituto de Admin. Financeira da Previdência e Assistência Social
INSS	Instituto Nacional do Seguro Social
ISF	Indicador de Superávit Financeiro
ISF 'F'	Indicador de Superávit Financeiro - Financeiro
ISF 'P'	Indicador de Superávit Financeiro - Permanente
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
LRF	Lei de Responsabilidade Fiscal
MCASP	Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social
MTPS	Ministério do Trabalho e Previdência Social
NBCASP	Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público
PREVIC	Superintendência Nacional de Previdência Complementar
RGPS	Regime Geral de Previdência Social
RMV	Renda Mensal Vitalícia

---



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS  
Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA  
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC  
Coordenação de Contabilidade – CCONT

---

**Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

---

SGPIWEB	Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobiliário
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIGA	Sistema Orgânico de Gestão de Documentos de Arquivo
SIOP	Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento
SIRC	Sistema Nacional de Informações de Registro Civil
SPIUNET	Sistema de Gerenciamento do Patrim. Imob. de Uso Especial da União
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
TCE	Tomada de Contas Especial
TCU	Tribunal de Contas da União
VPD	Varição Patrimonial Diminutiva

---



---

**Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

---

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1 - Relação das despesas com EPU e LOAS.....	22
Tabela 2 - Quantidade de Créditos Pagos por Espécie de Benefício .....	23
Tabela 3 - Relação de Fontes para Pagamento de Benefícios administrados pelo INSS.....	25
Tabela 4 - Valores pagos por Ação do Governo .....	27
Tabela 5 - Ativo – Composição do INSS.....	36
Tabela 6 - Ativo Circulante – Composição.....	37
Tabela 7 - Demais Créditos e Valores de Curto Prazo – Composição.....	38
Tabela 8 - Memória de Cálculo 2018.....	39
Tabela 9 - Memória de Cálculo 2019.....	40
Tabela 10 - Memória de Cálculo 2020.....	40
Tabela 11 - Cálculo do Ajuste para Perdas do 2º Trimestre de 2021 - Curto Prazo .....	41
Tabela 12 - Cálculo do Ajuste para Perdas do 2º Trimestre de 2021 - Longo Prazo.....	42
Tabela 13 - Ajuste de Perdas Dano ao Patrimônio de Longo Prazo – 2º Trimestre de 2021... 44	
Tabela 14 - Ativo Não Circulante – Composição do INSS.....	50
Tabela 15 - Passivo – Composição do INSS.....	50
Tabela 16 - Passivo Circulante – Composição do INSS .....	51
Tabela 17 - Maiores Unidades Gestoras Contratantes .....	53
Tabela 18 - Os 10 (dez) Maiores Fornecedores do INSS.....	55
Tabela 19 - Composição do Passivo Não Circulante .....	56
Tabela 20 - Receita do Leilão por Código de Recolhimento – 2º Trimestre de 2021 .....	58
Tabela 21 - Receita do Leilão por Cód. de Recolhimento –2º Trimestre de 2021 e de 2020.. 58	
Tabela 22 - Provisão de Precatórios – Tribunais Federais .....	59
Tabela 23 - Despesas Patrim. de Precat. e Requis. Pequeno Vr. Trib. Fed. - 2021 .....	59
Tabela 24 – Maiores Grupos de Variações Patrimoniais Aumentativas.....	60
Tabela 25 - Transferências e Delegações Recebidas .....	60
Tabela 26 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos .....	61
Tabela 27 - Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos .....	61
Tabela 28 – Maiores Grupos de Variações Patrimoniais Diminutivas .....	62
Tabela 29- Transferências e Delegações Concedidas .....	62

---



---

**Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

---

Tabela 30 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais .....	63
Tabela 31 - Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivo Tributário .....	63
Tabela 32 - Resultado Patrimonial do Período.....	64
Tabela 33 - Análise do Resultado Patrimonial do Período .....	64
Tabela 34 - Valores Mensais Físicos e Financeiros das Antecipações .....	65



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS  
Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA  
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC  
Coordenação de Contabilidade – CCONT

---

**Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

---

**LISTA DE GRÁFICOS**

Gráfico 1 - Quantidade de Créditos Pagos – EPU e LOAS ..... 23





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA

EMISSÃO 23/07/2021 PAGINA 1

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>5.668.262.512,03</b>	<b>4.316.556.872,74</b>	<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>98.883.613.932,45</b>	<b>124.815.479.795,92</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.941.965.266,54	3.535.722.706,53	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Curto Prazo	3.354.764.767,49	4.417.677.567,26
Créditos a Curto Prazo	681.021.279,74	730.904.379,79	Empréstimos e Financiamentos a Curto Prazo	-	-
Demais Créditos e Valores	696.477.085,16	740.949.456,19	Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo	282.252.958,16	34.037.007,19
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Curto Prazo	-15.455.805,42	-10.045.076,40	Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.094.349,61	1.090.758,48
Investimentos e Aplicações Temporárias a Curto Prazo	-	-	Obrigações de Repartição a Outros Entes	-	-
Estoques	44.687.173,31	49.921.417,54	Provisões a Curto Prazo	-	-
Ativos Não Circulantes Mantidos para Venda	-	-	Demais Obrigações a Curto Prazo	95.245.501.857,19	120.362.674.462,99
VPDs Pagas Antecipadamente	588.792,44	8.368,88			
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>3.167.830.598,07</b>	<b>3.174.015.165,33</b>	<b>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>56.589.143.223,37</b>	<b>56.109.099.313,34</b>
Ativo Realizável a Longo Prazo	72.748.704,16	72.786.236,75	Obrigações Trab., Prev. e Assist. a Pagar a Longo Prazo	18.503.259,93	18.503.259,93
Créditos a Longo Prazo	72.748.704,16	72.786.236,75	Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo	56.462.549.347,62	55.755.105.252,30
Demais Créditos e Valores	718.267.791,35	717.436.528,28	Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo	99.578.404,42	326.976.374,50
(-) Ajustes para Perdas em Créditos a Longo Prazo	-645.519.087,19	-644.650.291,53	Obrigações Fiscais a Longo Prazo	-	-
Estoques	-	-	Provisões a Longo Prazo	-	-
Investimentos	-	-	Demais Obrigações a Longo Prazo	8.512.211,40	8.514.426,61
Participações Permanentes	-	-	Resultado Diferido	-	-
Propriedades para Investimento	-	-	<b>TOTAL DO PASSIVO EXIGÍVEL</b>	<b>155.472.757.155,82</b>	<b>180.924.579.109,26</b>
Propriedades para Investimento	-	-			
(-) Depreciação Acumulada de Propriedades p/ Investimentos	-	-	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
(-) Redução ao Valor Rec. de Propriedades para Investimentos	-	-	ESPECIFICAÇÃO		
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-		2021	2020
Investimentos do RPPS de Longo Prazo	-	-	Patrimônio Social e Capital Social	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Investimentos do RPPS	-	-	Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Reservas de Capital	-	-
Demais Investimentos Permanentes	-	-	Ajustes de Avaliação Patrimonial	-	-
(-) Redução ao Valor Recuperável de Demais Invest. Perm.	-	-	Reservas de Lucros	-	-
<b>Imobilizado</b>	<b>3.075.011.934,96</b>	<b>3.085.017.463,52</b>	Demais Reservas	-	-
Bens Móveis	147.533.368,91	156.391.318,33	Resultados Acumulados	-146.636.664.045,72	-173.434.007.071,19
Bens Móveis	541.249.210,73	538.014.113,58	Resultado do Exercício	26.818.916.471,02	-64.126.404.859,24
(-) Depreciação/Amortização/Exaustão Acum. de Bens Móveis	-393.715.841,82	-381.622.795,25	Resultados de Exercícios Anteriores	-173.434.007.071,19	-109.371.923.753,09
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Móveis	-	-	Ajustes de Exercícios Anteriores	-21.573.445,55	64.321.541,14
Bens Imóveis	2.927.478.566,05	2.928.626.145,19	<b>(-) Ações / Cotas em Tesouraria</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Bens Imóveis	2.927.478.566,05	2.928.626.145,19	<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>-146.636.664.045,72</b>	<b>-173.434.007.071,19</b>
(-) Depr./Amortização/Exaustão Acum. de Bens Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Bens Imóveis	-	-			
<b>Intangível</b>	<b>20.069.958,95</b>	<b>16.211.465,06</b>			
Softwares	20.069.958,95	16.211.465,06			
Softwares	20.069.958,95	16.211.465,06			
(-) Amortização Acumulada de Softwares	-	-			



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMIÇÃO 23/07/2021	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
			ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
(-) Redução ao Valor Recuperável de Softwares	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
Marcas, Direitos e Patentes Industriais	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
<b>Diferido</b>	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>8.836.093.110,10</b>	<b>7.490.572.038,07</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>8.836.093.110,10</b>	<b>7.490.572.038,07</b>

QUADRO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>4.972.841.367,14</b>	<b>3.566.599.783,29</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>37.309.227.063,15</b>	<b>3.884.446.506,63</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>3.863.251.742,96</b>	<b>3.923.972.254,78</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	<b>151.825.802.008,07</b>	<b>177.618.634.047,02</b>
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>180.298.935.961,12</b>	<b>174.012.508.515,58</b>			

QUADRO DE COMPENSAÇÕES

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>33.367.119.862,30</b>	<b>66.919.010.387,32</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>1.792.877.956,57</b>	<b>1.958.286.589,12</b>
Atos Potenciais Ativos	33.367.119.862,30	66.919.010.387,32	Atos Potenciais Passivos	1.792.877.956,57	1.958.286.589,12
Garantias e Contragarantias Recebidas	160.699.324,05	173.767.485,78	Garantias e Contragarantias Concedidas	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	33.189.858.989,12	66.728.690.600,09	Obrigações Conveniadas e Outros Instrumentos C	1.156.482,67	1.156.482,67
Direitos Contratuais	16.561.549,13	16.552.301,45	Obrigações Contratuais	1.791.721.473,90	1.957.130.106,45
Outros Atos Potenciais Ativos	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>33.367.119.862,30</b>	<b>66.919.010.387,32</b>	<b>TOTAL</b>	<b>1.792.877.956,57</b>	<b>1.958.286.589,12</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-151.099.663,91</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-32.185.286.032,10</b>
Seguridade Social (Exceto Previdência)	-32.410.866.744,07
Previdência Social (RPPS)	-524.265.052,34
Previdência Social (RGPS)	30.874.975,26
Dívida Pública	-15.128.409,55
Alienação de Bens e Direitos	192.654,00



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCICIO 2021 PERIODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)

TITULO BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSAO 23/07/2021 PAGINA 3

SUBTITULO 37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICT FINANCEIRO
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Prog	733.906.544,60
<b>TOTAL</b>	<b>-32.336.385.696,01</b>



EXERCÍCIO 2021	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 23/07/2021	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>477.429.290.048,18</b>	<b>414.638.419.423,71</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria</b>		
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
<b>Contribuições</b>		
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
<b>Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos</b>	<b>1.301.472.019,01</b>	<b>905.219.913,00</b>
Venda de Mercadorias	-	-
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	1.301.472.019,01	905.219.913,00
<b>Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras</b>	<b>6.663.530,30</b>	<b>12.253.689,68</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	67.043,39	4.594.435,39
Variações Monetárias e Cambiais	2.573.160,74	3.592.985,82
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	4.023.326,17	4.066.268,47
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Recebidas</b>	<b>415.612.404.107,01</b>	<b>412.662.874.420,25</b>
Transferências Intragovernamentais	415.606.139.914,61	412.659.527.533,74
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	-	-
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	-	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	6.264.192,40	3.346.886,51
<b>Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos</b>	<b>60.174.559.293,83</b>	<b>839.033.642,21</b>
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	104.772,86	615.276,27
Ganhos com Desincorporação de Passivos	60.174.454.520,97	838.418.365,94
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Aumentativas</b>	<b>334.191.098,03</b>	<b>219.037.758,57</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



EXERCÍCIO 2021	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 23/07/2021	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	1.170.795,64	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	333.020.302,39	219.037.758,57
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>450.610.373.577,16</b>	<b>446.119.870.147,27</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	<b>1.737.187.771,33</b>	<b>1.775.644.892,77</b>
Remuneração a Pessoal	1.365.602.697,71	1.424.101.386,81
Encargos Patronais	269.890.141,84	271.721.163,59
Benefícios a Pessoal	80.998.595,52	79.186.680,89
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	20.696.336,26	635.661,48
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	<b>36.391.201.392,37</b>	<b>34.636.311.546,06</b>
Aposentadorias e Reformas	2.408.390.686,07	2.685.891.063,58
Pensões	970.384.508,79	1.043.210.673,66
Benefícios de Prestação Continuada	32.986.400.620,87	30.888.862.934,14
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	26.025.576,64	18.346.874,68
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>879.233.018,90</b>	<b>836.407.467,96</b>
Uso de Material de Consumo	9.453.281,28	4.172.387,79
Serviços	855.955.168,74	816.020.308,88
Depreciação, Amortização e Exaustão	13.824.568,88	16.214.771,29
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>707.954.601,78</b>	<b>956.945.033,30</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	406.827,19	322.464,67
Variações Monetárias e Cambiais	707.546.763,93	956.622.485,68
Descontos Financeiros Concedidos	1.010,66	82,95
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>377.245.772.763,54</b>	<b>376.389.510.565,65</b>
Transferências Intragovernamentais	377.231.081.541,68	376.386.049.873,72
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	9.666.912,92	-
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	5.024.308,94	3.460.691,93
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	<b>33.594.483.133,24</b>	<b>31.466.374.365,67</b>
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	7.450.320,32	86.944,66
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	67,60	1.080,76
Incorporação de Passivos	33.583.734.582,40	31.464.958.778,11
Desincorporação de Ativos	3.298.162,92	1.327.562,14



TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
--------	--

SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
-----------	---

ÓRGÃO SUPERIOR	25000 - MINISTÉRIO DA ECONOMIA
----------------	--------------------------------

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2021	2020
<b>Tributárias</b>	<b>14.400.805,47</b>	<b>10.499.992,03</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	502.405,09	537.549,46
Contribuições	13.898.400,38	9.962.442,57
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>40.140.090,53</b>	<b>48.176.283,83</b>
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	40.140.090,53	48.176.283,83
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>26.818.916.471,02</b>	<b>-31.481.450.723,56</b>

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2021	2020



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 23/07/2021	PÁGINA 1
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>2.080.321.311,00</b>	<b>2.080.321.311,00</b>	<b>1.449.133.004,20</b>	<b>-631.188.306,80</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>2.042.290.139,00</b>	<b>2.042.290.139,00</b>	<b>1.297.998.582,11</b>	<b>-744.291.556,89</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	6.542.695,00	6.542.695,00	2.436.527,12	-4.106.167,88
Valores Mobiliários	505.248,00	505.248,00	1.639.598,90	1.134.350,90
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	-	-	-	-
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	2.035.242.196,00	2.035.242.196,00	1.293.922.456,09	-741.319.739,91
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>32.403.249,00</b>	<b>32.403.249,00</b>	<b>1.284.154,83</b>	<b>-31.119.094,17</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	32.403.249,00	32.403.249,00	1.284.154,83	-31.119.094,17
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>5.627.923,00</b>	<b>5.627.923,00</b>	<b>149.850.267,26</b>	<b>144.222.344,26</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	5.205.609,00	5.205.609,00	731.057,47	-4.474.551,53
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	286.903,00	286.903,00	145.288.551,99	145.001.648,99
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	135.411,00	135.411,00	3.830.657,80	3.695.246,80
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>2.993.126.721,00</b>	<b>2.993.126.721,00</b>	-	<b>-2.993.126.721,00</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>2.993.126.721,00</b>	<b>2.993.126.721,00</b>	-	<b>-2.993.126.721,00</b>
Operações de Crédito Internas	2.993.126.721,00	2.993.126.721,00	-	-2.993.126.721,00
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 23/07/2021	PÁGINA 2
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>5.073.448.032,00</b>	<b>5.073.448.032,00</b>	<b>1.449.133.004,20</b>	<b>-3.624.315.027,80</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito Externas	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO</b>	<b>5.073.448.032,00</b>	<b>5.073.448.032,00</b>	<b>1.449.133.004,20</b>	<b>-3.624.315.027,80</b>
<b>DEFICIT</b>			<b>70.612.053.669,75</b>	<b>70.612.053.669,75</b>
<b>TOTAL</b>	<b>5.073.448.032,00</b>	<b>5.073.448.032,00</b>	<b>72.061.186.673,95</b>	<b>66.987.738.641,95</b>
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM SUPERAVIT FINANCEIRO	-	68.897.392,00	68.897.392,00	-
CRÉDITOS ADICIONAIS ABERTOS COM EXCESSO DE ARRECAÇÃO	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>14.539.468.794,00</b>	<b>14.651.740.938,00</b>	<b>72.046.929.539,94</b>	<b>38.756.986.876,16</b>	<b>35.210.687.931,03</b>	<b>-57.395.188.601,94</b>
Pessoal e Encargos Sociais	11.589.061.031,00	11.639.665.988,00	5.527.276.852,42	4.677.452.722,92	3.682.448.028,07	6.112.389.135,58
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	2.950.407.763,00	3.012.074.950,00	66.519.652.687,52	34.079.534.153,24	31.528.239.902,96	-63.507.577.737,52
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>30.356.933,00</b>	<b>29.165.503,00</b>	<b>14.257.134,01</b>	<b>3.181.508,74</b>	<b>3.181.508,74</b>	<b>14.908.368,99</b>
Investimentos	30.356.933,00	29.165.503,00	14.257.134,01	3.181.508,74	3.181.508,74	14.908.368,99
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	<b>904.009.461,00</b>	<b>904.009.461,00</b>	-	-	-	<b>904.009.461,00</b>
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>15.473.835.188,00</b>	<b>15.584.915.902,00</b>	<b>72.061.186.673,95</b>	<b>38.760.168.384,90</b>	<b>35.213.869.439,77</b>	<b>-56.476.270.771,95</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO</b>	<b>15.473.835.188,00</b>	<b>15.584.915.902,00</b>	<b>72.061.186.673,95</b>	<b>38.760.168.384,90</b>	<b>35.213.869.439,77</b>	<b>-56.476.270.771,95</b>
<b>TOTAL</b>	<b>15.473.835.188,00</b>	<b>15.584.915.902,00</b>	<b>72.061.186.673,95</b>	<b>38.760.168.384,90</b>	<b>35.213.869.439,77</b>	<b>-56.476.270.771,95</b>





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2021	PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)
EMISSÃO 23/07/2021	PÁGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA
ORGAO SUPERIOR	25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>232.618.854,93</b>	<b>308.576.868,63</b>	<b>198.828.655,73</b>	<b>197.862.816,97</b>	<b>12.565.258,97</b>	<b>330.767.647,62</b>
Pessoal e Encargos Sociais	64.539.886,42	23.331.413,33	2.243.177,55	2.243.177,55	2.918,53	85.625.203,67
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	168.078.968,51	285.245.455,30	196.585.478,18	195.619.639,42	12.562.340,44	245.142.443,95
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>12.401.318,37</b>	<b>25.805.573,68</b>	<b>5.480.684,66</b>	<b>5.378.389,10</b>	<b>-</b>	<b>32.828.502,95</b>
Investimentos	12.401.318,37	25.805.573,68	5.480.684,66	5.378.389,10	-	32.828.502,95
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>245.020.173,30</b>	<b>334.382.442,31</b>	<b>204.309.340,39</b>	<b>203.241.206,07</b>	<b>12.565.258,97</b>	<b>363.596.150,57</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>20.271.096,89</b>	<b>3.206.917.953,18</b>	<b>3.206.617.423,84</b>	<b>4.335.740,78</b>	<b>16.235.885,45</b>
Pessoal e Encargos Sociais	2.169.045,23	794.025.152,82	793.972.646,73	38.813,94	2.182.737,38
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	18.102.051,66	2.412.892.800,36	2.412.644.777,11	4.296.926,84	14.053.148,07
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>175.788,09</b>	<b>95.954,76</b>	<b>106.619,84</b>	<b>-</b>	<b>165.123,01</b>
Investimentos	175.788,09	95.954,76	106.619,84	-	165.123,01
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>20.446.884,98</b>	<b>3.207.013.907,94</b>	<b>3.206.724.043,68</b>	<b>4.335.740,78</b>	<b>16.401.008,46</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO 2021 PERÍODO SEGUNDO TRIMESTRE (Fechado)

TÍTULO BALANÇO FINANCEIRO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO 23/07/2021 PAGINA 1

SUBTÍTULO 37202 - INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - AUTARQUIA

ORGAO SUPERIOR 25000 - MINISTERIO DA ECONOMIA

VALORES EM UNIDADES DE REAL

INGRESSOS			DISPÊNDIOS		
ESPECIFICAÇÃO	2021	2020	ESPECIFICAÇÃO	2021	2020
<b>Receitas Orçamentárias</b>	<b>1.449.133.004,20</b>	<b>914.935.719,03</b>	<b>Despesas Orçamentárias</b>	<b>72.061.186.673,95</b>	<b>63.697.832.652,14</b>
<b>Ordinárias</b>	-	-	<b>Ordinárias</b>	<b>147.846.185,11</b>	<b>14.808,48</b>
<b>Vinculadas</b>	<b>1.449.496.631,65</b>	<b>914.982.171,99</b>	<b>Vinculadas</b>	<b>71.913.340.488,84</b>	<b>63.697.817.843,66</b>
Seguridade Social (Exceto Previdência)	144.828.642,00	8.258.220,11	Seguridade Social (Exceto Previdência)	70.031.263.620,03	61.118.336.095,62
Previdência Social (RPPS)	-	-	Previdência Social (RPPS)	924.423.150,86	688.264.332,60
Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	1.304.667.960,56	906.723.951,88	Dívida Pública	-	285.539.849,97
Recursos a Classificar	29,09	-	Outros Recursos Vinculados a Fundos, Órgãos e Programas	957.653.717,95	1.605.677.565,47
<b>(-) Deduções da Receita Orçamentária</b>	<b>-363.627,45</b>	<b>-46.452,96</b>			
<b>Transferências Financeiras Recebidas</b>	<b>415.588.376.137,37</b>	<b>412.626.911.040,59</b>	<b>Transferências Financeiras Concedidas</b>	<b>377.212.529.714,64</b>	<b>376.383.636.178,04</b>
Resultantes da Execução Orçamentária	406.545.359.281,58	391.712.198.355,08	Resultantes da Execução Orçamentária	368.290.969.738,84	355.280.515.525,33
Repasse Recebido	401.601.435.985,74	386.135.300.867,79	Repasse Concedido	363.347.046.443,00	349.703.618.038,04
Sub-repasse Recebido	4.943.923.295,84	5.576.897.487,29	Sub-repasse Concedido	4.943.923.295,84	5.576.897.487,29
Independentes da Execução Orçamentária	9.043.016.855,79	20.914.712.685,51	Independentes da Execução Orçamentária	8.921.559.975,80	21.103.120.652,71
Transferências Recebidas para Pagamento de RP	8.245.214.654,39	20.089.604.212,13	Transferências Concedidas para Pagamento de RP	7.799.318.137,10	19.911.079.425,57
Demais Transferências Recebidas	631.043,77	41.402,06	Demais Transferências Concedidas	464.297,29	150.106.190,49
Movimentação de Saldos Patrimoniais	797.168.972,54	825.067.071,32	Movimento de Saldos Patrimoniais	1.121.775.356,32	1.041.935.036,65
Movimentações para Incorporação de Saldos	2.185,09	-	Movimentações para Incorporação de Saldos	2.185,09	-
Aporte ao RPPS	-	-	Aporte ao RPPS	-	-
Aporte ao RGPS	-	-	Aporte ao RGPS	-	-
<b>Recebimentos Extraorçamentários</b>	<b>37.062.659.987,83</b>	<b>30.151.214.758,26</b>	<b>Pagamentos Extraorçamentários</b>	<b>3.420.210.180,80</b>	<b>3.012.794.745,06</b>
Inscrição dos Restos a Pagar Processados	3.546.298.945,13	3.368.624.361,77	Pagamento dos Restos a Pagar Processados	3.206.724.043,68	2.857.489.974,49
Inscrição dos Restos a Pagar Não Processados	33.301.018.289,05	26.562.715.041,39	Pagamento dos Restos a Pagar Não Processados	203.241.206,07	147.592.388,96
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	13.615.531,79	9.860.821,97	Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	10.244.931,05	7.339.975,41
Outros Recebimentos Extraorçamentários	201.727.221,86	210.014.533,13	Outros Pagamentos Extraorçamentários	-	372.406,20
Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	129,21	-	Ordens Bancárias Sacadas - Cartão de Pagamento	-	1.315,34
Restituições a Pagar	303,51	-	Demais Pagamentos	-	371.090,86
Arrecadação de Outra Unidade	183.266.486,97	210.014.533,13			
Demais Recebimentos	18.460.302,17	-			
<b>Saldo do Exercício Anterior</b>	<b>3.535.722.706,53</b>	<b>3.380.498.613,48</b>	<b>Saldo para o Exercício Seguinte</b>	<b>4.941.965.266,54</b>	<b>3.979.296.556,12</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	3.535.722.706,53	3.380.498.613,48	Caixa e Equivalentes de Caixa	4.941.965.266,54	3.979.296.556,12
<b>TOTAL</b>	<b>457.635.891.835,93</b>	<b>447.073.560.131,36</b>	<b>TOTAL</b>	<b>457.635.891.835,93</b>	<b>447.073.560.131,36</b>



---

**Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

---

## **2. INFORMAÇÕES GERAIS**

O Instituto Nacional do Seguro Social – INSS é uma autarquia do Governo Federal vinculada ao Ministério da Economia - ME, com sede no Setor de Autarquia Sul, Quadra 2, Bloco O, Asa Sul, Brasília – Distrito Federal, CEP 70.070-946, inscrito na Receita Federal do Brasil no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ – sob o nº 29.979.036/0001-40.

O INSS foi instituído pela Lei nº 8.029, de 12 de abril de 1990 e regulamentado pelo Decreto nº 99.350 de 27 de junho de 1990, a partir da fusão do Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social – IAPAS com o Instituto Nacional de Previdência Social – INPS, vinculado ao Ministério do Trabalho e da Previdência Social (MTPS).

No exercício de 2014 houve a cisão<sup>1</sup> das atividades relacionadas com a prestação de serviços de caráter previdenciário e assistencial, ocasião em que os benefícios previdenciários passaram a ser pagos pelo Fundo do Regime Geral de Previdência Social – FRGPS e, pelo INSS, os benefícios assistenciais, os Encargos Previdenciários da União – EPU, assim como as despesas com custeio relativas à manutenção, concessão e gerenciamento desses benefícios.

Compete ao INSS conceder, manter e gerir os benefícios e serviços previdenciários oriundos do Regime Geral de Previdência Social – RGPS, nos termos da Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991 e do art. 68 da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF nº 101, de 4 de maio de 2000, assim como alguns benefícios de caráter assistencial, como por exemplo, os Benefícios de Prestação Continuada – BPC, instituídos pela Lei nº 8.742, de 07 de dezembro de 1993 – Lei Orgânica da Assistência Social - LOAS e regulamentados por meio do Decreto nº 6.214, de 26 de setembro de 2007.

Segundo o artigo 20 da LOAS, o BPC é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso com 65 anos ou mais que comprovarem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família.

---

<sup>1</sup> Cisão no âmbito do SIAFI.



---

**Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

---

Após a promulgação da LOAS, os benefícios Renda Mensal Vitalícia (RMV) e Pensão Mensal Vitalícia (PMV) foram extintos e substituídos pelo BPC, permanecendo em estoque apenas em função dos antigos beneficiários e seus dependentes. A RMV, instituída pela Lei nº 6.179/1974, era concedida aos idosos com mais de 70 anos ou inválidos, que não exercessem atividade remunerada ou não possuíssem rendimentos mensais maiores que 60% de um salário-mínimo, bem como não possuísse outros meios para prover sua subsistência.

Os dados do Anuário Estatístico da Previdência Social (AEPS) trazem a rubrica Encargos Previdenciários da União como sendo a soma de: “benefícios de aposentadorias e pensões dos servidores civis e militares da administração direta da União e benefícios concedidos através de leis especiais”

A Tabela 1 apresenta a relação das despesas com Encargos Previdenciários da União – EPU e com os Benefícios Assistenciais do LOAS no 2º Trimestre dos Exercícios Financeiros de 2021 e 2020.

Compõe o título “Demais Despesas com EPU” na Tabela 1, as seguintes naturezas de despesas: Pensões Vítimas Hemodiálise – Caruaru, 13º Salário – Pessoal Civil – EPU, Pensões Especiais, Salário Família – Inativo Civil, 13º Salário - Pensões Civil – EPU e Pensões Graciosas/Indenizações - Leis Específicas. Verifica-se nesse título uma redução de 1,90%, quando comparamos o 2º Trimestre do Exercício Financeiro de 2021 com o de 2020.

As despesas com benefícios liquidados pelo INSS no 2º Trimestre/2021 foram de 33,7 bilhões, com um aumento de 6,20% quando comparado com o mesmo período do exercício anterior, sendo que 2,12% correspondem aos benefícios com EPU no montante de 713,6 milhões e 97,88% correspondem aos benefícios com LOAS no montante de 33,0 bilhões.



**Instituto Nacional do Seguro Social - INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

**Tabela 1 - Relação das despesas com EPU e LOAS**

Orig. Orç.	Natureza Despesa Detalhada	2º Trimestre/2021		2º Trimestre/2020		%AH
		R\$	% AV	R\$	% AV	
Epu	Complem. de Apos. - Pes. Civil	245.411.238,38	0,73	271.259.739,60	0,85	(9,53)
	Complem. de Pensões – Pes. Civil	220.070.957,05	0,65	243.120.631,22	0,77	(9,48)
	Pensões vitalícias de Seringueiros	108.258.730,21	0,32	109.614.601,57	0,35	(1,24)
	Pensões das Vítimas de Hanseníase	51.068.376,23	0,15	50.824.585,74	0,16	0,48
	Pensões de Anistiados Políticos	48.400.042,39	0,14	47.283.400,17	0,15	2,36
	Pensões da Síndrome de Talidomida	35.610.994,81	0,11	34.617.591,25	0,11	2,87
	RMV – Pens. Especial Microcefalia	2.976.176,92	0,01	1.383.749,00	0,00	115,08
	Demais Despesas com EPU	1.816.069,15	0,01	1.851.314,51	0,01	(1,90)
<b>Epu Total</b>		<b>713.612.585,14</b>	<b>2,12</b>	<b>759.955.613,06</b>	<b>2,39</b>	<b>(6,10)</b>
Loas	Benefício ao Deficiente	18.111.457.799,48	53,74	16.839.329.507,41	53,07	7,55
	Benefício ao Idoso	14.329.870.609,36	42,52	13.451.635.353,57	42,39	6,53
	Renda Mensal Vitalícia - Invalidez	496.606.900,19	1,47	522.758.663,90	1,65	(5,00)
	Renda Mensal Vitalícia - Idade	48.198.585,55	0,14	58.522.557,02	0,18	(17,64)
	Benef. Mensal ao Deficiente e Idoso	-	0,00	100.214.078,04	0,32	(100,00)
<b>Loas Total</b>		<b>32.986.133.894,58</b>	<b>97,88</b>	<b>30.972.460.159,94</b>	<b>97,61</b>	<b>6,50</b>
<b>Total</b>		<b>33.699.746.479,72</b>	<b>100,00</b>	<b>31.732.415.773,00</b>	<b>100,00</b>	<b>6,20</b>

Fonte: DATAPREV – Notas Técnicas, janeiro a junho/2021 e 2020.

As quantidades de créditos pagos no 2º Trimestre/2021, por espécie de Benefícios com EPU e LOAS, estão discriminadas na Tabela 2. Observa-se que foram pagos 28,8 milhões de créditos com benefícios pelo INSS, uma redução de 0,15% no quantitativo quando comparado com o exercício anterior.

Com exceção dos créditos com Talidomida, que obteve um aumento de 1,73%, as demais espécies de EPU e LOAS apresentaram redução na quantidade de créditos pagos. Essa redução é esperada no caso dos benefícios com EPU devido às suas características, decorrentes de leis específicas para determinados grupos que, com o passar dos anos, tendem a reduzir devido ao falecimento de seus beneficiários.



**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

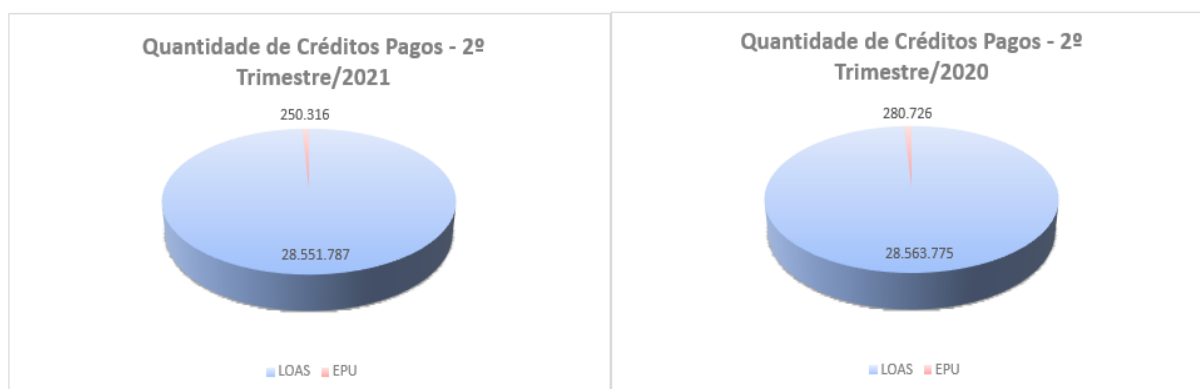
**Tabela 2 - Quantidade de Créditos Pagos por Espécie de Benefício**

Discriminação	2º Trimestre/2021			2º Trimestre/2020			% AH
	Quantidade de Créditos Pagos	Média	% AV	Quantidade de Créditos Pagos	Média	% AV	
LOAS	28.551.787	4.758.631	99,13	28.563.775	4.760.629	99,03	(0,04)
Rede Ferroviária	180.597	30.100	0,63	207.154	34.526	0,72	(12,82)
Hanseníase (Esp. 96)	29.990	4.998	0,10	31.878	5.313	0,11	(5,92)
ECT	25.204	4.201	0,09	26.889	4.482	0,09	(6,27)
Talidomida	6.884	1.147	0,02	6.767	1.128	0,02	1,73
Estatutário	4.079	680	0,01	4.360	727	0,02	(6,44)
Anistiados	3.286	548	0,01	3.399	567	0,01	(3,32)
Hemodiálise - Caruaru	276	46	0,00	279	47	0,00	(1,08)
<b>Total</b>	<b>28.802.103</b>	<b>4.800.351</b>	<b>100,00</b>	<b>28.844.501</b>	<b>4.807.417</b>	<b>100,00</b>	<b>(0,15)</b>

Fonte: DATAPREV – Notas Técnicas, janeiro a março/2021 e 2020.

O Gráfico 1 apresenta o total de créditos pagos no 2º Trimestre de 2021 e 2020 por LOAS e EPU.

**Gráfico 1 - Quantidade de Créditos Pagos – EPU e LOAS**



O aumento/redução no montante das despesas com os benefícios assistenciais pagos pelo INSS (LOAS e EPU) são explicados, em parte, pelo reajuste do salário-mínimo de 5,26% ocorridos em janeiro de 2021 por meio da Medida Provisória nº 1021/2020 e pelo aumento na quantidade de créditos pagos desses benefícios.



---

**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

---

Apesar da redução na quantidade de créditos pagos com LOAS ter sido de apenas 0,04%, houve um aumento de 6,50% no montante dessa despesa, quando comparamos o 2º Trimestre do Exercício Financeiro de 2021 com 2020, evidenciado na Tabela 1, no qual pode ser explicado, em parte, pelo reajuste salário-mínimo federal ocorrido em janeiro de 2021, na ordem de 5,26%, de acordo com a Medida Provisória nº 1021/2020.

Os recursos financeiros para pagamento dos benefícios previdenciários e assistenciais são transferidos da Setorial Financeira do Órgão Ministério da Economia - ME, e recebidos pela Setorial Financeira do Órgão Instituto Nacional de Seguro Social - INSS. No entanto, as fontes que são de uso exclusivo do Fundo do Regime Geral de Previdência Social - FRGPS, Órgão 37904 na estrutura do SIAFI, são repassadas da Setorial Financeira do Órgão 37202 - INSS para a Setorial Financeira do Órgão 37904 - FRGPS.

A Tabela 3 demonstra os valores recebidos pelo INSS por meio de repasse no 2º Trimestre/2021 comparado com o mesmo período do exercício anterior.



**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

**Tabela 3 - Relação de Fontes para Pagamento de Benefícios administrados pelo INSS**

Tipo de Fonte	Cód. Fonte	Fonte Recursos	2º Trimestre/2021		2º Trimestre/2020		% AH
			R\$	% AV	R\$	% AV	
			R\$				
Fonte exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários	54	Recursos do Regime Geral de Previd. Social	344.693.894.540,38	93,61	323.420.761.217,92	91,12	6,58
	53	Contribuição p/ Financiamento da Seguridade Social	2.515.019.049,24	0,68	26.183.825.547,89	7,38	(90,39)
	88	Remuneração das Disponib. do Tesouro Nacional	17.755.119.128,08	4,82	-	-	100,00
	86	Rec. Vinc. Aplic. Políticas Públicas Específicas	-	-	4.187.880.000,00	1,18	(100,00)
	44	Títulos de Responsabilidade do Tesouro Nacional	-	-	472.123.999,57	0,13	(100,00)
<b>Fonte exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários Total</b>			<b>364.964.032.717,70</b>	<b>99,12</b>	<b>354.264.590.765,38</b>	<b>99,81</b>	<b>3,02</b>
Não é fonte exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários	51	Contr. Social s/o Lucro das PJ	2.819.039.854,44	0,77	2.916.405,17	0,00	96.561,46
	69	Contrib. Patronal p/ Plano de Segurid. Soc. Serv.	6.446.749,60	0,00	666.402.179,47	0,19	(99,03)
	56	Contribuição Plano Seguridade Social Servidor	393.533.802,56	0,11	1.321.204,61	0,00	29.685,98
	00	Recursos Ordinários	27.349.370,13	0,01	-	-	100,00
<b>Não é fonte exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários Total</b>			<b>3.246.369.776,73</b>	<b>0,88</b>	<b>670.639.789,25</b>	<b>0,19</b>	<b>384,07</b>
<b>Total Geral</b>			<b>368.210.402.494,43</b>	<b>100,00</b>	<b>354.935.230.554,63</b>	<b>100,00</b>	<b>3,74</b>

Fonte: SIAFI, 2021 e 2020





---

## Instituto Nacional do Seguro Social – INSS 2º Trimestre de 2021

---

As fontes de recursos não exclusivos para pagamento de benefícios previdenciários são os recursos financeiros à disposição do INSS para pagamento de despesas relacionadas com a manutenção da máquina administrativa e pagamento de benefícios assistenciais (LOAS). No 2º Trimestre/2021 essas fontes corresponderam a 0,88% do total dos recursos recebidos pelo INSS.

Houve um aumento significativo de 96.561,46% e 29.685,98% no total repassado nas fontes “51 – Contribuição Social sobre o Lucro PJ e 56 – Contribuição Plano Seguridade Social Servidor” no 2º Trimestre/2021 comparado com o mesmo período do exercício anterior. Essa fonte não é exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários.

A fonte “53 - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (exclusiva para pagamento de benefícios previdenciários) apresentou uma redução de 90,39% nos repasses no 2º Trimestre/2021, comparado com o exercício anterior, representando uma participação de 0,68%.

### **Estrutura Organizacional do INSS**

A estrutura organizacional do INSS é constituída por 05 (*cinco*) Superintendências Regionais, 104 (*cento e quatro*) Gerências Executivas e 1.610 (*um mil seiscentos e dez*) unidades de Agências da Previdência Social - APS<sup>2</sup>, 88 (*oitenta e oito*) unidades de APS de Demandas Judiciais, 6 (*seis*) unidades de APS Móvel Flutuante, 4 (*quatro*) unidades de APS Teleatendimento, 7 (*sete*) unidades de APS Acordos Internacionais, 57 (*cinquenta e sete*) unidades de Previdência, 3 (*três*) unidades de Atendimento móvel e 2 (*duas*) unidades de Equipes de Demandas Judiciais .

Para viabilizar o atendimento aos segurados e assistidos, o INSS dispõe nas Agências da Previdência Social, bem como nos canais digitais, de um conjunto de bens e serviços, de modo a garantir o reconhecimento do direito e o bom atendimento ao cidadão.

---

<sup>2</sup> Fonte: Divisão de Planejamento e Modernização da Rede de Atendimento/Diretoria de Atendimento do INSS.



**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

A Tabela 4 evidencia as ações realizadas pelo INSS no 2º Trimestre/2021. O gasto total no período em questão nas ações realizadas pelo Órgão foi de 38,6 bilhões. As ações mais significativas foram as decorrentes com Benefícios de Prestação Continuada a pessoa com deficiência e a pessoa idosa, que juntas totalizaram 85,11% do total dos gastos.

**Tabela 4 - Valores pagos por Ação do Governo**

		<b>R\$</b>	
<b>Código</b>	<b>Ação Governo</b>	<b>Valor Pago</b>	<b>% AV</b>
<b>Ação</b>	<b>Governo</b>		
00IN	Benefícios de prestação continuada (BPC) a pessoa com deficiência	18.556.665.240,10	48,04
00H5	Benefícios de prestação continuada (BPC) a pessoa idosa	14.316.629.736,22	37,07
0181	Aposentadoria e pensões civis da União	2.453.595.132,44	6,35
20TP	Ativos Civis da União	1.348.488.202,72	3,49
2000	Administração da Unidade	468.957.132,23	1,21
0536	Benefícios e pensões indenizatórias decorrentes de legislação	408.988.677,87	1,06
09HB	Contribuição da União, de suas autarquias e fundações	269.156.105,69	0,70
00S6	Benefício Especial e Demais Complementações de Aposentadoria	211.463.900,77	0,55
2292	Serviço de processamento de dados de benefícios previdenciários	191.375.686,68	0,50
212B	Benefícios obrigatórios aos servidores civis, empregados, militares	82.236.565,07	0,21
2564	Gestão de cadastros para a previdência social	72.455.164,54	0,19
2591	Reconhecimento de direitos de benefícios previdenciários	69.916.264,96	0,18
2004	Assistência Médica e odontológica aos servidores civis e empregados	51.322.023,54	0,13
009K	Complementação de aposentadorias e pensões da extinta RFFSA	37.955.682,77	0,10
2583	Processamento de dados do benefício de prestação continuada	28.982.635,93	0,08
2294	Defesa judicial da previdência social básica	19.462.916,70	0,05
21C0	Enfr. da Emerg. de Saúde Púb. de Import. Inter. Decor. do Coronavírus	12.856.581,86	0,03
15OP	Estruturação do Governo Digital	12.760.190,00	0,03
21AZ	Sistema de Escrituração Digital das Obrig. Fiscais, Prev. e Trab. - eSocial	3.697.049,22	0,01
2563	Gestão da melhoria contínua	1.784.940,26	0,00
2585	Serviço de realiberação profissional	1.687.870,87	0,00
2593	Funcionamento das unidades descentralizadas da previdência social	1.210.990,71	0,00

Fonte: SIAFI e SIOP.

Como medidas de combate aos efeitos negativos que a pandemia do coronavírus trouxe à economia e ao bem-estar da sociedade, foram criadas as ações 21C0 - Enfrentamento Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional Decorrente do Coronavírus e 21C2 - Benefício Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda.



---

## Instituto Nacional do Seguro Social – INSS 2º Trimestre de 2021

---

Destaca-se também a criação das ações “2D58 - Auditoria Interna, Prevenção e Combate a Corrupção, Ouvidoria” com o objeto de melhorar a transparência da gestão do setor público e aumentar o estímulo ao controle social e a ação “15OP - Estruturação do Governo Digital” com o objeto de estruturar o governo digital por meio da transformação digital, da simplificação dos serviços públicos, o aumento do compartilhamento de dados dentre outras.

Não constam na Tabela 4 as ações com valores inferiores a um milhão de reais em decorrência da pouca relevância no total dos gastos. As ações excluídas foram: 4572 - Capacitação de servidores públicos Federais em Processo de q; 116V - Instalação de unidades de funcionamento do INSS; 2562 - Auditoria preventiva e corretiva em rotinas, procedimentos; 216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-moradia a agentes pub.; 8869 - Reformas e adaptações das unidades do INSS; 2674 - Representação judicial e extrajudicial da União e suas Autarquias; 8426 - Desimobilização de imóveis não operacionais do INSS; 2589 - Avaliação e operacionalização do benefício de prestação continuada; 000Q - Contribuições a Organismos Internacionais sem exigência de p.; 2D58 - Auditoria Interna, Prevenção e Combate a Corrupção, Ouvidoria.

As principais ações realizadas pelo INSS no 2º Trimestre do Exercício Financeiro de 2021 estão descritas abaixo:

- **00H5** - Os recursos desta ação destinam-se ao pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa Idosa e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Idade. O BPC, em vigor desde 1996, destina-se às pessoas com 65 anos ou mais, cuja renda per capita familiar mensal não ultrapasse  $\frac{1}{4}$  do salário-mínimo, assegurando-lhes a renda mensal de um salário-mínimo. A RMV, instituída pela Lei nº 6.179/74, também no valor de um salário-mínimo, é atualmente destinada às pessoas com 70 anos ou mais, que já recebiam o benefício (pressuposto do direito adquirido) quando de sua extinção, em 01/01/1996, quando teve início a concessão do BPC.
- **00IN** - Os recursos desta ação destinam-se ao pagamento do Benefício de Prestação Continuada (BPC) à Pessoa com Deficiência e da Renda Mensal Vitalícia (RMV) por Invalidez. O BPC, em vigor desde 1996, destina-se às pessoas com deficiência física, mental, intelectual ou sensorial de longo prazo, cuja renda per capita familiar mensal não ultrapasse  $\frac{1}{4}$



---

## Instituto Nacional do Seguro Social – INSS 2º Trimestre de 2021

---

do salário-mínimo, assegurando-lhes a renda mensal de um salário-mínimo. A RMV, instituída pela Lei Nº 6.179/74, também no valor um salário-mínimo, é atualmente destinada às pessoas com invalidez, que já recebiam o benefício (pressuposto do direito adquirido) quando de sua extinção, em 01/01/1996, quando teve início a concessão do BPC.

- **2292** - Esta ação complementa o processo de reconhecimento de direitos, atualização de dados e pagamento de benefícios. Os dados necessários ao processo de concessão dos benefícios são transmitidos diariamente por meio dos Sistemas localizados nas Gerências, Agências e Empresas Convenentes, e processados pela Empresa responsável pelo processamento de dados da Previdência Social, que os armazena, sendo, inclusive, responsável pela emissão de correspondência automática ao cidadão. Este conjunto de procedimentos eletrônicos possibilita a estruturação do banco de dados da Previdência Social e garante os recursos de teleinformática necessários aos serviços de reconhecimento de direitos e de pagamento de benefícios previdenciários, assegurando o funcionamento dos Sistemas (Prisma, SABI, COMPREV, CNISVR, HIPNET, HISCRENET, RECNET) até que possa ser implantado o Sistema do Novo Modelo de Gestão.
- **2563** - Promoção da melhoria contínua dos serviços e processos previdenciários, por meio do estabelecimento e desenvolvimento de padrões de qualidade, implementação e aperfeiçoamento de técnicas e metodologias que visem à aferição de resultados, objetivando prestar serviços de qualidade ao cliente interno e externo, de forma a padronizar os procedimentos e definir mecanismos de desempenho institucional, facilitando a disseminação das melhores práticas. Subsidiar o gerenciamento de processos de negócio na organização, sejam finalísticos, gerenciais ou de apoio, que estabeleça como base essencial o "foco do cidadão", por meio da realização da modelagem, análise, desenho, transformação de processos e o gerenciamento de desempenho de processos, de custos e de riscos institucionais.
- **2583** - A ação destina-se a custear a informatização do processamento de dados relativos à operacionalização e avaliação do BPC e à operacionalização da RMV, serviço prestado pela Empresa de Tecnologia e Informação da Previdência Social (DATAPREV). A estruturação do banco de dados e processamento dos benefícios compreende desde a inserção dos dados dos requerentes, até o processamento da concessão, manutenção, atualização, pagamento, revisão, avaliação, suspensão e cessação do BPC. Em relação à RMV, o processamento resulta na manutenção ou cessação dos benefícios.



---

**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

---

- **2589** - Os recursos da ação destinam-se às atividades de gestão e operacionalização do BPC e da RMV, incluindo a concessão, a manutenção, a reavaliação das condições que geraram o direito ao benefício, o controle, a fiscalização, a normatização, o acompanhamento, o monitoramento, a análise quantitativa e qualitativa de dados do BPC, estudos e produção de informações estratégicas, e a operacionalização da RMV e de ações intersetoriais com outras políticas, de modo a garantir e aprimorar os meios de acesso ao BPC e a gestão dos benefícios, bem como ampliar a proteção social dos beneficiários.
- **2591** - O reconhecimento do direito compreende as etapas de orientação, habilitação, análise, decisão (concessão/indeferimento), subsidiariamente procede-se a atualização no CNIS dos dados cadastrais, vínculos e remunerações. Da etapa de decisão advêm os procedimentos de revisão, recurso e manutenção dos benefícios. Além disso, o reconhecimento de direito engloba a emissão de Certidão de Tempo de Contribuição e a compensação previdenciária envolvendo os regimes próprios de previdência dos entes federativos. O atendimento dos pedidos de benefícios é realizado nas Agências da Previdência Social, sendo tal procedimento agendado através dos canais remotos da Previdência Social via Internet e a Central 135 (telefone) ou através de convênios com sindicatos e empresas, bem como por meio dos acordos internacionais celebrados com diversos países. Os procedimentos decorrentes da solicitação do benefício são informatizados, porém envolvem um conjunto de ações de responsabilidade exclusiva dos servidores, no sentido de dar suporte ao processo decisório. Dessa forma, esta ação envolve:
  - Deslocamento de servidores para executarem supervisão nas Agências, Gerências-Executivas e Superintendências Regionais;
  - Reforço de equipes de trabalho em virtude de demanda acima da capacidade operacional das Agências;
  - Realização de reuniões técnicas de supervisão, acompanhamento e orientação nas Agências;
  - Realização de pesquisas externas para certificação de informações prestadas pelos segurados e empresas;
  - Realização de eventos relacionados aos procedimentos médico-periciais (perícias médicas ambulatoriais);
  - Juntas médicas;



---

## Instituto Nacional do Seguro Social – INSS 2º Trimestre de 2021

---

- Perícias de Pedido de Reconsideração (PR) e Pedido de Prorrogação (PP, perícias médicas domiciliares e hospitalares); e
- Deslocamentos para atividade de supervisão técnica e participação em reuniões e fóruns de discussão técnica e pagamento de profissionais e entidades de saúde credenciadas, convocações de servidores para auxiliar nos trabalhos de desenvolvimento dos novos sistemas de cadastro (CNIS) e SIBE.

### **No tocante ao Serviço Social:**

- São realizados atendimentos técnicos individuais ou em grupo;
- Encaminhamento dos usuários aos recursos sociais da comunidade;
- Assessoria e consultoria às instituições governamentais e não governamentais;
- Estabelecimento de convênios e parcerias com instituições da sociedade civil;
- Elaboração de parecer social; e
- Realização de cadastros das organizações da sociedade, visitas técnicas domiciliares e institucionais, concessão de recursos materiais e realização de pesquisas sociais, além de desenvolvimento de projetos e participação nos conselhos de direitos.
- **21C0** - Conjunto de medidas que se fizerem necessárias ao enfrentamento da emergência de saúde pública decorrente do coronavírus (COVID-19), mediante ações de prevenção, preparação e assistência à população, bem como outras despesas necessárias para o enfrentamento do coronavírus.
- **2D58** - Auditoria interna, prevenção e combate à corrupção, ouvidoria e correição mediante aplicação da transparência na gestão pública e estímulo ao controle social; organização, harmonização e integração das ações das unidades de ouvidoria do Poder Executivo Federal; apuração de possíveis irregularidades cometidas por agentes públicos ou privados na utilização de recursos públicos federais e aplicação das devidas penalidades, firmar acordos de leniência, visando ao aprimoramento do sistema de controle interno do Poder Executivo Federal, promovendo a execução de atividades sensíveis, de inteligência, fiscalização ou investigação, seja de forma isolada ou em parceria com outros órgãos, aplicando os recursos necessários à realização de operações especiais e outras ações de caráter sigiloso no âmbito de atuação da Controladoria-Geral da União. Atuação, de forma preventiva, na promoção da ética e no estímulo à integridade no serviço público e privado,



---

## Instituto Nacional do Seguro Social – INSS 2º Trimestre de 2021

---

para que seus agentes sempre atuem, de fato, em prol do interesse público. Na esfera internacional, representação do governo brasileiro em foros de discussão sobre temas como combate à corrupção, governança pública e transparência.

• **15OP** - Estruturação do governo digital e dos serviços compartilhados, no âmbito dos órgãos e das entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, por meio da promoção, coordenação e execução de ações e projetos que objetivem:

- i) a expansão da transformação digital de serviços públicos, de modo a permitir e ampliar aos cidadãos, pessoas jurídicas e entes públicos o acesso aos serviços públicos sem a necessidade de atendimento presencial;
- ii) a simplificação de serviços públicos, com foco na experiência do usuário do serviço;
- iii) proporcionar a adequada governança e compartilhamento de dados;
- iv) a disponibilização, em plataforma única, do acesso a informações e a prestação direta de serviços públicos;
- v) identificar o usuário dos serviços públicos de forma segura, bem como permitir a sua adequada autenticação na plataforma única;
- vi) a oferta de plataformas e serviços compartilhados de tecnologia da informação e comunicação;
- vii) a promoção e atuação integrada e sistêmica entre os órgãos e entidades envolvidos na prestação dos serviços públicos;

### 3. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

A escrituração contábil, a estrutura e a composição das Demonstrações Contábeis do INSS obedecem aos ditames das Normas Brasileiras de Contabilidade Pública – NBCT SP, a Lei nº 4.320/1964, o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público - MCASP, bem como da Lei Complementar nº 101/2000.

As informações desta Nota Explicativa estão apresentadas da seguinte forma:

- a) Contas Patrimoniais: comparativo dos saldos do 2º trimestre de 2021 com o exercício financeiro de 2020;





---

## Instituto Nacional do Seguro Social – INSS 2º Trimestre de 2021

---

b) Contas de Resultado: comparativo dos saldos do 2º trimestre de 2021 com o 2º trimestre de 2020.

**O Balanço Orçamentário - BO** é a demonstração contábil que discrimina o saldo das contas de receitas e despesas orçamentárias, comparando os valores previstos e fixados com os efetivamente executados<sup>3</sup>.

**O Balanço Financeiro - BF** evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte<sup>3</sup>.

**O Balanço Patrimonial - BP** é a demonstração contábil que evidencia, qualitativa e quantitativamente, a situação patrimonial da entidade pública por meio de contas representativas do patrimônio público, bem como os atos potenciais, que são registrados em contas de compensação (natureza de informação de controle). Os ativos e passivos são conceituados e segregados em circulante e não circulante, conforme critérios estabelecidos na Parte II – Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PCP) deste Manual<sup>3</sup>.

A **Demonstração das Variações Patrimoniais – DVP** evidenciará as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indicará o resultado patrimonial do exercício<sup>3</sup>.

### **(a) Caixa e equivalentes de caixa**

Compreende o somatório dos valores em caixa e em bancos, bem como equivalentes de caixa, que representam recursos com livre movimentação para aplicação nas operações da entidade e para os quais não haja restrições para uso imediato.

Esse item contempla numerários advindos de contribuições e está inserido na Conta Única do Tesouro Nacional, na subconta Previdência, cujo controle e gestão são realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

---

<sup>3</sup> MCASP: Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público. Parte V – Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público, 8ª ed. 2019.





---

## Instituto Nacional do Seguro Social – INSS 2º Trimestre de 2021

---

As contas Caixa e Equivalentes de Caixa são compostas pelas transferências de recursos, receitas decorrentes da folha de benefícios, dentre outras, destinadas para o pagamento das despesas oriundas de benefícios assistenciais e custeio da máquina administrativa.

### **(b) Demais Créditos e Valores à Curto Prazo**

Compreendem os direitos a receber de curto prazo, relacionados com adiantamentos concedidos a funcionários, créditos por danos ao patrimônio decorrente de pagamento indevido, fraude, erro ou dolo, tributos a compensar e a recuperar, outros créditos restituíveis e valores compensáveis, tais como os valores apreendidos por decisão judicial, assim como os ajustes necessários para o reconhecimento da perda do valor que serão realizáveis até doze meses da data das demonstrações contábeis.

Os valores são mensurados e avaliados pelo valor de custo, e o registro de ajuste para perdas é formado com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber.

### **(c) Estoques**

Compreendem o valor dos bens adquiridos, produzidos ou em processo de elaboração pela entidade com o objetivo de venda ou utilização própria no curso normal das atividades.

Os Estoques são mensurados pelo valor de custo, acrescidos dos gastos necessários para colocarem em condições de uso. Os principais itens que compõe a conta de estoque são almoxarifado e materiais que se encontram em trânsito.

O método para mensuração e avaliação das saídas dos estoques é o custo médio ponderado.

### **(d) Variação Patrimonial Diminutiva Paga Antecipadamente**

Compreendem pagamentos de variações patrimoniais diminutivas (VPD) antecipadas, cujos benefícios ou prestação de serviço à entidade ocorrerão no futuro.

Neste grupo de contas são registradas as contas de despesas pagas antecipadamente e que contribuem para prestação de benefícios por mais de um período. São avaliados pelo custo e



---

**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

---

composto por itens como Prêmio de Seguro, Tributos pagos e VPD Financeiras pagas antecipadamente.

**(e) Ativo Realizável a Longo Prazo**

Compreende os bens, direitos e despesas antecipadas realizáveis no longo prazo.

Os Créditos a Longo Prazo compreendem os direitos a receber realizáveis no longo prazo, relacionados com Depósitos Judiciais Efetuados, Valores Apreendidos por Decisão Judicial, Créditos a Recuperar, Créditos decorrente de Tomada de Contas Especial – TCE e Títulos a Receber

Os créditos são avaliados e mensurados pelo valor de custo e, quando aplicável, são acrescidos das atualizações monetárias.

**(f) Imobilizado**

Compreendem os direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da entidade ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram a ela os benefícios, os riscos e o controle desses bens.

No âmbito do INSS, o imobilizado é composto por bens móveis e imóveis utilizados nas atividades operacionais no Órgão, dos quais são reconhecidos com base no valor de aquisição acrescidos dos impostos não recuperáveis e outros gastos necessários para colocar o ativo em operação.

**(g) Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistências a Pagar a Curto Prazo**

Compreendem as obrigações referentes a salários ou remunerações, benefícios os quais o empregado ou servidor tenha direito, tais como, as aposentadorias, as reformas, as pensões e os encargos a pagar, bem como os benefícios assistenciais, com vencimento no curto prazo, inclusive os precatórios decorrentes dessas obrigações, avaliados pelo custo histórico.



---

**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

---

**(h) Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo**

Compreendem as obrigações junto a fornecedores de matérias-primas, mercadorias e outros materiais utilizados nas atividades operacionais da entidade, bem como as obrigações decorrentes do fornecimento de utilidades e da prestação de serviços, tais como de energia elétrica, água, telefone, propaganda, aluguéis e todas as outras contas a pagar com vencimento no curto prazo, inclusive precatórios decorrentes dessas obrigações.

**(i) Obrigações Fiscais a Curto Prazo**

Correspondem às obrigações do INSS junto ao Governo Federal, Estadual e Municipal relativas a impostos, taxas e contribuições com vencimento no curto prazo.

**4. COMPOSIÇÃO DOS PRINCIPAIS ITENS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

**Nota 1 - Ativo**

Essa classe subdivide-se em Ativo Circulante e Não Circulante. A tabela 5 tem como objetivo demonstrar o comparativo desses dois grupos entre o 2º Trimestre de 2021 e o exercício de 2020.

**Tabela 5 - Ativo – Composição do INSS**

	<b>R\$</b>				
<b>Ativo</b>	<b>2º Trimestre de 2021</b>	<b>AV(%)</b>	<b>2020</b>	<b>AV(%)</b>	<b>AH (%)</b>
Ativo Circulante	5.668.262.512,03	64,15	4.316.556.872,74	57,63	31,31
Ativo Não Circulante	3.167.830.598,07	35,85	3.174.015.165,33	42,37	(0,19)
<b>Total</b>	<b>8.836.093.110,10</b>	<b>100,00</b>	<b>7.490.572.038,07</b>	<b>100,00</b>	<b>17,96</b>

Fonte: SIAFI 2021 e 2020

O Ativo apresentou uma elevação horizontal de 17,96%, em virtude da variação positiva do Ativo Circulante (AC) de 31,31%, em consequência, principalmente, da elevação do subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa. Já o Ativo Não Circulante, que representa 35,85% da classe, trouxe uma variação negativa de 0,19% entre os períodos analisados, sobretudo pela redução apresentada no subgrupo Imobilizado.



---

**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

---

**Nota 2 - Ativo Circulante**

O Ativo Circulante é composto pelos Subgrupos Caixa e Equivalentes de Caixa, Demais Créditos e Valores a Curto Prazo, Estoques e as Variações Patrimoniais Diminutivas Pagas Antecipadamente. Esses são reconhecidos, inicialmente, com base no valor original. Na tabela a seguir é apresentada a composição do Ativo Circulante no 2º Trimestre de 2021 em confrontação ao exercício de 2020.

**Tabela 6 - Ativo Circulante – Composição**

Ativo Circulante	R\$				
	2º Trimestre de 2021	AV(%)	2020	AV(%)	AH (%)
Caixa e Equivalentes de Caixa	4.941.965.266,54	87,19	3.535.722.706,53	81,91	39,77
Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	681.021.279,74	12,01	730.904.379,79	16,93	(6,82)
Estoques	44.687.173,31	0,79	49.921.417,54	1,16	(10,48)
Variação Patrimonial Diminutiva PG	588.792,44	0,01	8.368,88	0,00	6.935,50
<b>Total</b>	<b>5.668.262.512,03</b>	<b>100,00</b>	<b>4.316.556.872,74</b>	<b>100,00</b>	<b>31,31</b>

Fonte: SIAFI 2021 e 2020

Em análise, o Grupo do Ativo Circulante apresentou um aumento de 31,31% com relação ao ano de 2020, impactado, principalmente, pela elevação percentual de 39,77% do subgrupo Caixa e Equivalentes de Caixa, que representa 87,19% do Grupo, proveniente de um maior aporte de recursos liberados pelo Tesouro. Importante frisar que esse subgrupo contempla numerários advindos de contribuições e está inserido na Conta Única do Tesouro Nacional, na subconta Previdência, cujo controle e gestão são realizados pela Secretaria do Tesouro Nacional – STN.

**Nota 3 - Demais Créditos e Valores a Curto Prazo**

O subgrupo Demais Créditos e Valores a Curto Prazo é composto pelas contas Adiantamentos Concedidos, Créditos por Dano ao Patrimônio, Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados, Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo e Ajustes de Perdas, sendo reconhecidos, inicialmente, com base no valor original.

O INSS apresentou um saldo líquido R\$ 681 milhões no 2º Trimestre de 2021, tendo a conta Adiantamento Concedidos, que representa 50,23% do subgrupo, apresentado uma queda,



**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

entre o 2º Trimestre de 2021 e o exercício de 2020, de 8,66%, em decorrência, principalmente da redução na conta de Adiantamento de 13º salário.

A seguir é apresentada a composição do Subgrupo Demais Créditos e Valores de Curto Prazo.

**Tabela 7 - Demais Créditos e Valores de Curto Prazo – Composição**

Demais Créditos e Valores a Curto Prazo	R\$				
	2º Trimestre de 2021	AV(%)	2020	AV(%)	AH (%)
Adiantamentos Concedidos	342.088.733,01	50,23	374.514.684,97	51,24	(8,66)
Créditos por Dano ao Patrimônio	15.781.997,15	2,32	10.139.422,95	1,39	55,65
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados	4.584.177,50	0,67	4.584.177,50	0,63	0,00
Outros Créditos a Receber e Valores a CP	334.022.177,50	49,05	351.711.170,77	48,12	(5,03)
Ajuste p/ Perdas Demais Créditos e Valores CP	(15.455.805,42)	(2,27)	(10.045.076,40)	(1,37)	53,86
<b>Total</b>	<b>681.021.279,74</b>	<b>100,00</b>	<b>730.904.379,79</b>	<b>100,00</b>	<b>(6,82)</b>

Fonte: SIAFI 2021 e 2020

Destaca-se a conta Outros Créditos a Receber e Valores a Curto Prazo, que representa 49,05% do subgrupo e demonstrou uma queda percentual de 5,03% entre os períodos comparados, em virtude da transferência de saldo da conta Créditos a Receber de Entidades Federais para o FRGPS.

Outra conta que merece destaque é Ajuste de Perdas Demais Créditos e Valores Curto Prazo, que apresentou uma variação horizontal de 53,86% entre os períodos analisados, impactada principalmente pela adoção da metodologia de ajuste para perdas, conforme explicitada na Nota nº 04.



**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

**Nota 4 - Ajuste para Perdas dos Créditos por Dano ao Patrimônio de Curto Prazo e Longo Prazo**

**Metodologia Utilizada**

Os procedimentos de reconhecimento de Perdas Estimadas dos Créditos Decorrentes de Dano ao Patrimônio de Curto e Longo Prazo estão respaldados pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público – MCASP.

A Metodologia adotada para o Ajuste de Perdas no FRGPS foi inspirada na metodologia proposta pelo Pronunciamento nº 85/2012 da Câmara de Controle Interno do CFC, na qual se utiliza uma média percentual dos recebimentos ao longo dos três últimos exercícios. Assim, se inferirá o Percentual de Créditos não Recebidos a ser aplicado sobre o Saldo Final dos Créditos a Receber por Dano ao Patrimônio Público de Curto e Longo Prazo.

**1 - Memória de Cálculo do Ajuste de Perdas de Curto Prazo**

A tabela seguinte apresenta, a título de exemplo, a Memória de Cálculo da Unidade Gestora 510907 – Gerência Executiva de Caxias do Sul, com os dados contábeis do Exercício de 2018, a ser utilizado como base para constituir o Ajuste para Perdas do 2º Trimestre de 2021.

**Tabela 8 - Memória de Cálculo 2018**

Conta Contábil	Ano	Saldo Inicial (A)	Inclusões Líquidas (B)	Recebimento em 2018 (C)	Saldo Final D=(A+B-C)	R\$	
						Percentual de Recebimento E=(C/A+B) (%)	Percentual não Recebimento F=(100-E) (%)
113410103	2018	1.449.254,11	751.251,85	-	2.200.505,96	0,00	100,00
113410104	2018	360.569,15	98.654,00	(853,23)	458.369,92	0,19	99,81
113410110	2018	-	4.947,52	-	4.947,52	0,00	100,00
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>1.809.823,26</b>	<b>854.853,37</b>	<b>(853,23)</b>	<b>2.663.823,40</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

Fonte: SIAFI 2018.

A tabela seguinte apresenta, a título de exemplo, a Memória de Cálculo da Unidade Gestora 510907– Gerência Executiva em Caxias do Sul, com os dados contábeis do Exercício de 2019, a ser utilizado como base para constituir o Ajuste para Perdas do 2º Trimestre de 2021.



**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

**Tabela 9 - Memória de Cálculo 2019**

Conta Contábil	Ano	Saldo Inicial (A)	Inclusões Líquidas (B)	Recebimento em 2019 (C)	Saldo Final (D=A+B-C)	R\$	
						Percentual de Recebimento (E=C/A+B) (%)	Percentual não Recebimento (F=100-E) (%)
113410103	2019	2.200.505,96	715.918,20	(18.580,90)	2.897.843,26	0,6371	99,36
113410104	2019	458.369,92	639.111,23	-	1.097.481,15	0,0000	100,00
113410110	2019	4.947,52	8.539,99	(8.275,16)	5.212,35	61,3542	38,65
<b>Total</b>	-	<b>2.663.823,40</b>	<b>1.363.569,42</b>	<b>(26.856,06)</b>	<b>4.000.536,76</b>	-	-

Fonte: SIAFI 2019.

A tabela seguinte apresenta, a título de exemplo, a Memória de Cálculo da Unidade Gestora 510907 – Gerência Executiva em Caxias do Sul, com os dados contábeis do Exercício de 2020, a ser utilizado como base para constituir o Ajuste para Perdas do 2º Trimestre de 2021.

**Tabela 10 - Memória de Cálculo 2020**

Conta Contábil	Ano	Saldo Inicial (A)	Inclusões Líquidas (B)	Recebimento em 2020 (C)	Saldo Final D=(A+B-C)	R\$	
						Percentual de Recebimento E=(C/A+B) (%)	Percentual não Recebimento F=(100-E) (%)
113410103	2020	2.897.843,26	(2.891.847,46)	(99,93)	5.895,87	1,67	98,33
113410104	2020	1.097.481,15	(978.059,57)	-	119.421,58	0,00	100,00
113410110	2020	5.212,35	(5.212,35)	-	-	-	-
<b>Total</b>	-	<b>4.000.536,76</b>	<b>(3.875.119,38)</b>	<b>(99,93)</b>	<b>125.317,45</b>	-	-

Fonte: SIAFI 2020.

O percentual médio de créditos não recebidos de 2018, 2019 e 2020 foi aplicado sobre o Saldo Contábil do 2º Trimestre de 2021 da Unidade Gestora 510907 – Gerência Executiva em Caxias do Sul dos Créditos a Receber de Curto Prazo, para apuração do valor a ser reconhecido como perda, conforme tabela abaixo:



**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

**Tabela 11 - Cálculo do Ajuste para Perdas do 2º Trimestre de 2021 - Curto Prazo**

R\$

Conta Contábil	Créditos CP	2018 (%)	2019 (%)	2020 (%)	Média (%)	Cálculo Ajuste de Perdas do 2º Tri de 2021
	2º Tri de 2021					
	(A)	(B)	(C)	(D)	E=(B+C+D/3)	F=(A*E/100)
113410103	71.662,56	100,00	99,36	98,33	99,23	71.112,24
113410104	119.421,58	99,81	100,00	100,00	99,94	119.347,62
113410110	-	100,00	38,65	-	69,32	-
<b>Total</b>	<b>191.084,14</b>	-	-	-	-	<b>190.459,86</b>

Fonte: SIAFI 2021.

**Reconhecimento do Ajuste de Perdas por Dano ao Patrimônio de Curto Prazo - Demais Gerências Executivas – INSS**

Baseada na metodologia acima, segue abaixo os valores reconhecidos em Ajuste de Perdas por Dano ao Patrimônio de Curto Prazo nas diversas Unidades Gestoras do INSS, referente ao 2º Trimestre de 2021.

Nome da UG	Contas de Referência			Total
	113410103	113410104	113410110	
DISTRITO FEDERAL	10.298,04			10.298,04
TERESINA		128.966,85		128.966,85
CAMPO GRANDE		29.940,77		29.940,77
VITÓRIA	21.474,13	118.219,32		139.693,45
ANÁPOLIS		18.156,40		18.156,40
JOÃO PESSOA	168.895,53	138.238,98		307.134,51
MANAUS		42.917,93		42.917,93
PONTA GROSSA	3.071,28	136.838,54		139.909,82
CASCADEL		277.865,17		277.865,17
NATAL		1.869.930,07		1.869.930,07
MOSSORÓ	139.898,69	388.477,19		528.375,88
JUAZEIRO DO NORTE	310.734,30	1.829.409,44		2.140.143,74
CAXIAS DO SUL	71.112,24	119.347,62		190.459,86
IJUÍ	69.009,30	575.039,57	136.227,11	780.275,98
MACEIÓ		1.105.998,99		1.105.998,99
PETROLINA		785.017,33		785.017,33
GARANHUNS		48.664,98		48.664,98
SÃO LUÍS		11.865,72		11.865,72
IMPERATRIZ	57.424,23	200.482,84		257.907,07
SÃO PAULO-SUL	107.618,80	96.289,17		203.907,97
SÃO PAULO-LESTE	52.727,67	830.028,23		882.755,90
ARAÇATUBA	50.590,15			50.590,15
CAMPINAS	193.016,55	558.209,05		751.225,60
SOROCABA	117.007,76			117.007,76
SANTOS	11.992,71	191.698,80		203.691,51
SALVADOR		1.461.605,95		1.461.605,95
BARREIRAS	66.526,05	164.862,90		231.388,95
VITÓRIA DA CONQUISTA	232.549,24	798.931,55		1.031.480,79





**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

Nome da UG	Contas de Referência			Total
	113410103	113410104	113410110	
ITABUNA		29.072,88		29.072,88
JUAZEIRO		6.281,40		6.281,40
FEIRA DE SANTANA	53.550,67			53.550,67
UBERLÂNDIA	1.364.988,68			1.364.988,68
GOVERNADOR VALADARES		13.010,08		13.010,08
MONTES CLAROS		771,75		771,75
VARGINHA		23.167,40		23.167,40
PORTO VELHO	50.737,01			50.737,01
RIO DE JANEIRO-CENTRO	125.296,91	41.751,50		167.048,41
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>3.278.519,94</b>	<b>12.041.058,37</b>	<b>136.227,11</b>	<b>15.455.805,42</b>

## 2-Memória de Cálculo do Ajuste de Perdas de Longo Prazo

É importante destacar que a Memória de Cálculo do Ajuste de Perdas dos Créditos por Dano ao Patrimônio de Longo Prazo é a mesma descrita no item 1 desta Nota. Isso se justifica visto que a rotina de contabilização dos recebimentos desses Créditos são efetuados nas Contas Contábeis de Curto Prazo. Essas contas são detalhadas na tabela 13.

O percentual médio de créditos não recebidos de 2018, 2019 e 2020 foi aplicado sobre o Saldo Contábil do 2º Trimestre de 2021 da Unidade Gestora 510907 – Gerência Executiva em Caxias do Sul dos Créditos a Receber de Longo Prazo, para apuração do valor a ser reconhecido como perda, conforme tabela abaixo:

**Tabela 12 - Cálculo do Ajuste para Perdas do 2º Trimestre de 2021 - Longo Prazo**

Conta Contábil	R\$					
	Créditos de LP 2º Tri de 2021	2018 (%)	2019 (%)	2020 (%)	Média (%)	Cálculo Ajuste de Perdas do 2º Tri de 2021
	(A)	(B)	(C)	(D)	E=(B+C+D/3)	F=(A*E/100)
121210403	2.847.802,45	100,00	99,36	98,33	99,23	2.825.933,42
121210404	1.097.481,15	99,81	100,00	100,00	99,94	1.096.801,45
121210410	5.212,35	100,00	38,65	-	69,32	3.613,35
<b>Total</b>	<b>3.950.495,95</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>3.926.348,22</b>

Fonte: SIAFI 2021.



---

**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

---

**Reconhecimento do Ajuste de Perdas por Dano ao Patrimônio de Longo Prazo - Demais Gerências Executivas no INSS**

Baseada na metodologia acima, segue abaixo os valores reconhecidos em Ajuste de Perdas por Dano ao Patrimônio de Longo Prazo nas Diversas Unidades Gestoras do INSS, referente ao 2º Trimestre de 2021.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS  
Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA  
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC  
Coordenação de Contabilidade – CCONT

**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

**Tabela 13 - Ajuste de Perdas Dano ao Patrimônio de Longo Prazo – 2º Trimestre de 2021**

Nome da UG	Contas de Referência									
	121210401	121210402	121210403	121210404	121210405	121210406	121210410	121210411	121210700	Total
COORD.GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTAB.							136.224.487,31			136.224.487,31
DISTRITO FEDERAL			6.069.280,12	5.706.555,75			29.164,27			11.805.000,14
TERESINA				3.571.339,30			77.062,93			3.648.402,23
ARACAJU			1.570.864,96	1.673.463,30			266.473,77		114.939,39	3.625.741,42
BELÉM		492,33		809.209,02			3.497.766,30			4.307.467,65
MACAPÁ				1.417.226,17						1.417.226,17
CRICIÚMA							60.367,06			60.367,06
JOINVILLE				130.139,64						130.139,64
CHAPECÓ				368.654,15						368.654,15
CAMPO GRANDE	70.631,52	13.864,64	3.927.884,94	6.503.480,85						10.515.861,95
DOURADOS			3.653.792,15	1.161.267,52			81.979,43			4.897.039,10
VITÓRIA			2.870.836,72	3.840.306,13						6.711.142,85
GOIÂNIA			4.969.129,09	5.283.304,38			149.275,11			10.401.708,58
ANÁPOLIS		1.178,15	1.522.751,32	9.709.114,09			90.355,88			11.323.399,44
RIO BRANCO				716.965,85						716.965,85
JOÃO PESSOA			6.131.437,63	4.946.891,51		2.153.648,15	13.732,15			13.245.709,44
CAMPINA GRANDE			3.437.967,34	2.654.057,95			225.294,98			6.317.320,27
SANTARÉM				278.103,60			405.529,20			683.632,80



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS  
Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA  
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC  
Coordenação de Contabilidade – CCONT

**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

Nome da UG	Contas de Referência									Total
	121210401	121210402	121210403	121210404	121210405	121210406	121210410	121210411	121210700	
MARABÁ							224.063,31			224.063,31
MANAUS	58.374,16	197.408,06	1.269.050,11	1.490.409,03			99.535,66			3.114.777,02
BOA VISTA				2.240.103,70						2.240.103,70
PALMAS			183.976,45	1.851.751,58			89.286,74			2.125.014,77
CURITIBA			973.320,81	3.742.028,43			115.820,54			4.831.169,78
PONTA GROSSA			1.115.581,86	1.622.766,43			76.410,44			2.814.758,73
LONDRINA			1.082.481,72	2.625.161,69			53.964,50			3.761.607,91
MARINGÁ			1.265.313,50	4.724.611,00			89.573,11			6.079.497,61
CASCADEL		5.615.379,13		2.689.590,83			40.739,63			8.345.709,59
NATAL			2.528.160,19	5.359.902,84	156.913,87		1.361.907,76			9.406.884,66
MOSSORÓ			2.401.154,66	3.938.122,01			80.425,00			6.419.701,67
FORTALEZA			5.259.394,43	14.054.983,27			808.459,49			20.122.837,19
JUAZEIRO DO NORTE			5.307.743,40	9.550.756,45			973.594,78			15.832.094,63
SOBRAL			60.738,03				196.058,94			256.796,97
PORTO ALEGRE		-					79.514,34			79.514,34
CAXIAS DO SUL			2.825.933,42	1.096.801,45			3.613,35			3.926.348,22
NOVO HAMBURGO	4.100,96			251.838,42						255.939,38
PELOTAS			596.238,99	2.408.794,56			7.802,90			3.012.836,45
SANTA MARIA			2.098.609,75	144.616,28						2.243.226,03
IJUÍ		1.820.618,15	2.548.252,81	7.963.295,26		2.926,51	2.272.130,11			14.607.222,84



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS  
Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA  
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC  
Coordenação de Contabilidade – CCONT

**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

Nome da UG	Contas de Referência									Total
	121210401	121210402	121210403	121210404	121210405	121210406	121210410	121210411	121210700	
PASSO FUNDO			320.640,41	717.056,46						1.037.696,87
CANOAS		329.611,65	66.618,60							396.230,25
URUGUAIANA		133.907,09					39.177,13			173.084,22
CUIABÁ			2.338.876,18	3.066.080,13			517.701,06			5.922.657,37
MACEIÓ	950,07		75.140,81	7.702.288,74			3.576.170,44			11.354.550,06
RECIFE	133.297,08	1.006,66	57.334,15	871.636,43			355.800,39			1.419.074,71
PETROLINA		15.606,89	896.737,94	2.620.550,06			26.311,77			3.559.206,66
CARUARU	298,93		906.100,62	2.440.082,56			1.966.471,49			5.312.953,60
GARANHUNS			2.580,93	3.135.877,51			5.377.178,54			8.515.636,98
SÃO LUÍS	3.106,96		197.694,15	6.611.972,82			8.706.238,36			15.519.012,29
IMPERATRIZ			518.498,78	1.466.202,11			1.976.217,61			3.960.918,50
SÃO PAULO-CENTRO	61.781,08		793.165,36	2.452.180,88			89.527,81			3.396.655,13
SÃO PAULO-NORTE	23.436,51	108.324,72	2.898.871,53	625.266,57						3.655.899,33
SÃO PAULO-SUL	20.132,20		322.739,20	187.434,48			134.493,81			664.799,69
SÃO PAULO-LESTE			4.850.680,58	7.237.342,52			141.332,32			12.229.355,42
ARAÇATUBA			1.566.502,33	1.133.849,55			11.551,26			2.711.903,14
ARARAQUARA		41.193,97	2.469.413,71	5.780.237,81						8.290.845,49
CAMPINAS			2.332.629,30	5.079.267,72			3.848,73			7.415.745,75
GUARULHOS			138.968,76	15.262,07						154.230,83
BAURU			331.531,04	115.080,47			38.878,80	26.748,00		512.238,31



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS  
Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA  
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC  
Coordenação de Contabilidade – CCONT

**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

Nome da UG	Contas de Referência									Total
	121210401	121210402	121210403	121210404	121210405	121210406	121210410	121210411	121210700	
TAUBATÉ		21,98	343.119,68	631.586,85			10.298,79			985.027,30
OSASCO	670,00		3.953.154,46	3.195.782,60						7.149.607,06
PIRACICABA			4.387.701,76	1.030.228,62						5.417.930,38
SOROCABA			1.638.257,36	48.562,74						1.686.820,10
PRESIDENTE PRUDENTE			1.703.955,04	1.614.115,74			26.870,39			3.344.941,17
SÃO JOSÉ DOS CAMPOS			1.028.387,14	10.182,27						1.038.569,41
SÃO JOSÉ DO RIO PRETO			1.740.618,59	2.872,32			76.841,79			1.820.332,70
JUNDIAÍ			1.920.683,35	1.503.493,45			21.280,82			3.445.457,62
MARÍLIA	1.509,35		1.484.684,36	793.172,32						2.279.366,03
RIBEIRÃO PRETO			1.794.358,88	1.146.277,16			49.532,44			2.990.168,48
SANTO ANDRÉ			3.554.123,22	2.113.477,49			33.274,72			5.700.875,43
SÃO JOÃO DA BOA VISTA		24.684,28	1.230.661,59	660.485,06						1.915.830,93
SANTOS	75.935,32		505.793,94	8.354.216,73	28.147,30		55.344,11			9.019.437,40
SÃO BERNARDO DO CAMPO			3.715.684,94	843.337,04			18.839,74			4.577.861,72
SALVADOR	585.370,21			9.002.239,83			259.185,45			9.846.795,49
SANTO ANTÔNIO DE JESUS				2.314.736,98			272.138,73			2.586.875,71
BARREIRAS		181.287,29	519.273,06	1.215.260,10			133.973,92			2.049.794,37
VITÓRIA DA CONQUISTA			5.402.762,89	16.101.507,55			717.422,60			22.221.693,04
ITABUNA			7.968.169,81	362.530,12			1.398.241,84			9.728.941,77
JUAZEIRO				905.128,27			606.291,25			1.511.419,52



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS  
Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA  
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC  
Coordenação de Contabilidade – CCONT

**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

Nome da UG	Contas de Referência									Total
	121210401	121210402	121210403	121210404	121210405	121210406	121210410	121210411	121210700	
FEIRA DE SANTANA			1.037.687,63	2.083.769,51			107.528,10			3.228.985,24
BELO HORIZONTE			5.632.916,33	8.077.885,60			5.123,13			13.715.925,06
DIAMANTINA			1.016.929,87	34.197,34			67.271,61			1.118.398,82
JUIZ DE FORA			709.487,19	275.425,86			24.044,79			1.008.957,84
UBERABA			918.897,09	1.474.274,72						2.393.171,81
BARBACENA			1.718.630,65	1.864.884,26			35.384,59			3.618.899,50
DIVINÓPOLIS			4.026.611,12	427.340,95						4.453.952,07
UBERLÂNDIA			4.203.372,76							4.203.372,76
GOVERNADOR VALADARES				340.162,14						340.162,14
MONTES CLAROS			1.048.024,95	1.167.725,74			17.877,02			2.233.627,71
CONTAGEM			32.684,66	121.473,28			93.616,83			247.774,77
OURO PRETO		2.204,36	4.745.238,86	3.830.657,04						8.578.100,26
VARGINHA			2.057.206,78	1.036.578,98				110.445,58		3.204.231,34
POÇOS DE CALDAS			5.575.500,95	6.367.169,73			541,88	439.330,52		12.382.543,08
TEÓFILO OTONI				3.001.905,28			117.657,82			3.119.563,10
COORD. GERAL DE GESTÃO DE PESSOAS		150.017,21								150.017,21
PORTO VELHO			9.071.332,56	2.604.798,86			189.684,46			11.865.815,88
RIO DE JANEIRO-CENTRO	683.993,71	596.381,73	8.228.042,46	1.065.245,61			41.989,50			10.615.653,01
RIO DE JANEIRO-NORTE				10.458.213,29			48.918,56			10.507.131,85
CAMPOS DOS GOYTACAZES			643.010,67	3.873.604,91			98.117,59			4.614.733,17



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS  
Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA  
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC  
Coordenação de Contabilidade – CCONT

**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

Nome da UG	Contas de Referência									Total
	121210401	121210402	121210403	121210404	121210405	121210406	121210410	121210411	121210700	
PETRÓPOLIS	511.694,13		2.066.777,96	702.937,51						3.281.409,60
DUQUE DE CAXIAS			476.141,05	1.204.061,85			151.658,43			1.831.861,33
VOLTA REDONDA		23.832,55		432.159,73						455.992,28
NITERÓI	446.841,10		2.310.544,98	3.910.333,91			60.276,29			6.727.996,28
<b>TOTAL GERAL</b>	<b>2.682.123,29</b>	<b>9.257.020,84</b>	<b>183.165.047,37</b>	<b>271.987.280,67</b>	<b>185.061,17</b>	<b>2.156.574,66</b>	<b>175.394.515,70</b>	<b>26.748,00</b>	<b>664.715,49</b>	<b>645.519.087,19</b>





---

**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

---

**Nota 5 - Ativo Não Circulante**

O Ativo Não Circulante é composto pelos Subgrupos Ativo Realizável a Longo Prazo, Investimento, Imobilizado e Intangível. Na tabela 14 é apresentada a composição do Ativo Não Circulante no 2º Trimestre de 2021 em comparação ao ano de 2020.

**Tabela 14 - Ativo Não Circulante – Composição do INSS**

Ativo Não Circulante	R\$				
	2º Trimestre de 2021	AV(%)	2020	AV(%)	AH (%)
Ativo Realizável a Longo Prazo	72.748.704,16	2,30	72.786.236,75	2,29	(0,05)
Imobilizado	3.075.011.934,96	97,07	3.085.017.463,52	97,20	(0,32)
Intangível	20.069.958,95	0,63	16.211.465,06	0,51	23,80
<b>Total</b>	<b>3.167.830.598,07</b>	<b>100,00</b>	<b>3.174.015.165,33</b>	<b>100,00</b>	<b>(0,19)</b>

Fonte: SIAFI 2021 e 2020

No Ativo Não Circulante, destaca-se o Subgrupo Imobilizado que representa quase a totalidade do Grupo (97,07%) e apresentou um decréscimo horizontal de 0,32% entre os períodos elencados. Destaca-se ainda a conta Intangível que trouxe uma variação positiva de 23,80%, em virtude da obtenção de softwares operacionais pela autarquia, para uso nas atividades operacionais.

**Nota 6 - Passivo**

Essas Classes subdividem-se em Passivo Circulante, Não Circulante e Patrimônio Líquido e a tabela abaixo tem como objetivo demonstrar o comparativo desses grupos entre o 2º Trimestre de 2021 e o exercício de 2020.

**Tabela 15 - Passivo – Composição do INSS**

Passivo	R\$				
	2º Trimestre de 2021	AV(%)	2020	AV(%)	AH(%)
Passivo Circulante	98.883.613.932,45	63,60	124.815.479.795,92	68,99	(20,78)
Passivo Não Circulante	56.589.143.223,37	36,40	56.109.099.313,34	31,01	0,86
<b>Total</b>	<b>155.472.757.155,82</b>	<b>100,00</b>	<b>180.924.579.109,26</b>	<b>100,00</b>	<b>(14,07)</b>

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.



---

**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

---

A classe do Passivo teve uma redução de 14,07% no segundo trimestre de 2021 em comparação a 2020, influenciado, em sua maior parte, pela diminuição de 20,78% do Grupo do Passivo Circulante, que representa 68,99% da Classe. O Passivo Não Circulante, que corresponde a 31,01% do Passivo, trouxe uma elevação horizontal de 0,86%.

**Nota 7 - Passivo Circulante – Composição do INSS**

O grupo do Passivo Circulante é composto pelos subgrupos Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Curto Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Curto Prazo, Obrigações Fiscais a Curto Prazo e Demais Obrigações a Curto Prazo.

Na tabela a seguir, é demonstrado um quadro comparativo dos subgrupos do Passivo Circulante entre o segundo trimestre do exercício de 2021 e o saldo final do exercício de 2020, apresentando o INSS um saldo de R\$ 98,884 bilhões.

**Tabela 16 - Passivo Circulante – Composição do INSS**

Passivo Circulante	R\$					
	2º Trimestre de 2021	AV(%)	2020	AV(%)	AH(%)	
Obr. Trab, Prev. e Ass a Pag. Cto. Pzo.	3.354.764.767,49	3,39	4.417.677.567,26	3,54	(24,06)	
Fornecedores e Contas a Pag. Cto. Pzo.	282.252.958,16	0,29	34.037.007,19	0,03	729,25	
Obrigações Fiscais a Curto Prazo	1.094.349,61	-	1.090.758,48	-	0,33	
Demais Obrigações a Curto Prazo	95.245.501.857,19	96,32	120.362.674.462,99	96,43	(20,87)	
<b>Total</b>	<b>98.883.613.932,45</b>	<b>100,00</b>	<b>124.815.479.795,92</b>	<b>100,00</b>	<b>(20,78)</b>	

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

A diminuição do grupo do Passivo Circulante foi influenciado, principalmente, pela redução de 20,87% do Subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo que representa 96,32% do grupo.

O Subgrupo Demais Obrigações a Curto Prazo tem como principal composição os termos de execução descentralizadas – TED, dentre eles, destacam-se o TED entre o INSS e Ministério da Cidadania para execução dos benefícios geridos pelo Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS e outras despesas de custeio vinculadas aos benefícios assistenciais.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS  
Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA  
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC  
Coordenação de Contabilidade – CCONT

---

**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

---

Em que pese o saldo refletir adequadamente os atos de gestão, ressalta-se que o montante existente é composto por dois TEDs, um do exercício de 2020 e outro do exercício de 2021, quando o mais adequado seria a composição unicamente com o valor do ano de 2021. Ressalta-se que embora os TED's componham o passivo do órgão não representam obrigações financeiras do INSS. A baixa dos saldos é realizada diretamente pelo Fundo Nacional de Assistência Social e só pode ser realizado após a prestação de contas do TED.

A tabela a seguir traz as Unidades Gestoras contratantes com valores mais expressivos na rubrica Contas a Pagar Credores Nacionais. A UG da Coordenação de Execução Orçamentária e Financeira concentra o maior valor das operações, 92,50% do total do grupo dos dez maiores contratantes, devido, principalmente, aos contratos centralizados, segregados em Indicador de Superávit Financeiro - ISF F (Financeiro) e P (Permanente). As contas de passivos com ISF F (Financeiro) são as despesas empenhadas com passivo anterior e outras empenhadas sem passivo anterior e liquidadas e com ISF P (Permanente) são os reconhecimentos de passivo (registro de RPV, Precatório, por insuficiência orçamentária ou despesa de exercício anterior), ou seja, ainda não foi emitida a nota de empenho da despesa.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS  
Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA  
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC  
Coordenação de Contabilidade – CCONT

**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

**Tabela 17 - Maiores Unidades Gestoras Contratantes**

Unidade Gestora Executora	2º Trimestre/2021				Exercício 2020				R\$ AH (%)
	ISF F	ISF P	Total	AV(%)	ISF F	ISF P	Total	AV(%)	
	Coordenacao De Execucao Orcamentaria E Financ	17.490.609,49	334.212.808,84	351.703.418,33	92,50	7.466.461,17	334.903.208,67	342.369.669,84	
Superintendencia Regional Sudeste I	6.718.823,06	-	6.718.823,06	1,77	1.822.098,49	51.358,43	1.873.456,92	0,53	258,63
Superintendencia Regional Sul	4.585.624,75	-	4.585.624,75	1,21	777.984,74	6.668,92	784.653,66	0,22	484,41
Superintendencia Regional Sudeste Ii	4.313.174,85	-	4.313.174,85	1,13	1.615.467,94	-	1.615.467,94	0,45	166,99
Superintendencia Regional Norte/Centro-Oeste	3.752.190,47	466.166,44	4.218.356,91	1,11	1.168.129,10	-	1.168.129,10	0,33	261,12
Gerencia Executiva Rio De Janeiro-Centro	1.599.644,27	2.174.048,21	3.773.692,48	0,99	1.281.158,05	2.174.048,21	3.455.206,26	0,97	9,22
Superintendencia Regional Nordeste	3.411.234,33	7.737,99	3.418.972,32	0,90	3.807.020,51	7.737,99	3.814.758,50	1,07	-10,38
Gerencia Executiva Duque De Caxias	142.704,67	551.406,39	694.111,06	0,18	69.065,71	551.406,39	620.472,10	0,17	11,87
Gerencia Executiva Novo Hamburgo	402.586,84	-	402.586,84	0,11	437.553,12	-	437.553,12	0,12	-7,99
Gerencia Executiva Volta Redonda	383.885,20	-	383.885,20	0,10	361.000,53	-	361.000,53	0,10	6,34
<b>Total</b>	<b>42.800.477,93</b>	<b>337.412.167,87</b>	<b>380.212.645,80</b>	<b>100,00</b>	<b>18.805.939,36</b>	<b>337.694.428,61</b>	<b>356.500.367,97</b>	<b>100,00</b>	<b>6,65</b>

Fonte: SIAFI.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS  
Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA  
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC  
Coordenação de Contabilidade – CCONT

---

**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

---

Em relação aos maiores fornecedores, na tabela a seguir, destaca-se a Empresa de Tecnologia da Informação da Previdência - DATAPREV representando 93,64% do grupo dos dez maiores fornecedores do INSS e que, no segundo trimestre do exercício financeiro de 2021, apresentou uma aumento percentual de 0,64%, em comparação a 2020. As principais operações com a DATAPREV se concentram em prestação de serviços estratégicos comuns de soluções de tecnologia da informação, suporte e assistência técnica.



Instituto Nacional do Seguro Social – INSS  
Diretoria de Gestão de Pessoas e Administração - DGPA  
Coordenação-Geral de Orçamento, Finanças e Contabilidade – CGOFC  
Coordenação de Contabilidade – CCONT

**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

**Tabela 18 - Os 10 (dez) Maiores Fornecedores do INSS**

Fornecedor	2º Trimestre/2021					dez/20				R\$
	ISF F	ISF P	Total	% AV	% AH	ISF F	ISF P	Total	AV(%)	
	Dataprev	2.738.541,04	326.328.513,16	329.067.054,20	93,64	0,64	-	326.976.374,50	326.976.374,50	96,17
Provider Solucoes Tecnologicas (Em Rec. Jud.)	6.689.837,50	-	6.689.837,50	1,90	100,00	-	-	-	-	
Caixa Economica Federal	3.540.432,95	-	3.540.432,95	1,01	-	3.540.432,95	-	3.540.432,95	1,04	
Nexus Vigilancia Eireli	2.404.471,75	-	2.404.471,75	0,68	161,54	919.341,94	-	919.341,94	0,27	
Banco Do Nordeste Do Brasil Sa	-	2.323.088,57	2.323.088,57	0,66	-	-	2.323.088,57	2.323.088,57	0,68	
Datametrica Contact Center Ltda	1.765.226,85	-	1.765.226,85	0,50	-	1.765.226,85	-	1.765.226,85	0,52	
Setima - Servicos De Limpeza Eireli	1.536.184,04	-	1.536.184,04	0,44	290,98	392.902,20	-	392.902,20	0,12	
Banco Do Estado Do Rio Grande Do Sul Sa	-	1.522.124,11	1.522.124,11	0,43	-	-	1.522.124,11	1.522.124,11	0,45	
Claro S.A.	1.026,11	1.511.887,32	1.512.913,43	0,43	-	1.026,11	1.511.887,32	1.512.913,43	0,44	
Unibanco-Uniao De Bancos Brasileiros S.A.	-	1.044.336,32	1.044.336,32	0,30	-	-	1.044.336,32	1.044.336,32	0,31	
<b>Total</b>	<b>18.675.720,24</b>	<b>332.729.949,48</b>	<b>351.405.669,72</b>	<b>100,00</b>	<b>3,36</b>	<b>6.618.930,05</b>	<b>333.377.810,82</b>	<b>338.559.502,35</b>	<b>100,00</b>	

Fonte: SIAFI.



---

**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

---

**Nota 8 - Passivo Não Circulante**

O Passivo Não Circulante é composto pelas Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar de Longo Prazo, Empréstimos e Financiamentos de Longo Prazo, Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo e Demais Obrigações de Longo Prazo.

O INSS apresentou, no 2º trimestre de 2021, um saldo de R\$56,589 bilhões de Passivo Não Circulante, totalizando uma evolução de 0,86% em relação ao exercício de 2020, conforme consta na tabela a seguir.

**Tabela 19 - Composição do Passivo Não Circulante**

	<b>R\$</b>					
<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>2º Trimestre de 2021</b>	<b>AV (%)</b>	<b>2020</b>	<b>AV (%)</b>	<b>AH (%)</b>	
Obrig. Trab., Prev., Assist. a Pg a LP	18.503.259,93	0,03	18.503.259,93	0,03	0,00	
Empréstimo e Financ. a LP	56.462.549.347,62	99,78	55.755.105.252,30	99,37	1,27	
Fornec. e Contas a Pagar a LP	99.578.404,42	0,18	326.976.374,50	0,58	(69,55)	
Demais Obrigações a LP	8.512.211,40	0,02	8.514.426,61	0,02	(0,03)	
<b>Total</b>	<b>56.589.143.223,37</b>	<b>100,00</b>	<b>56.109.099.313,34</b>	<b>100,00</b>	<b>0,86</b>	

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

As Obrigações Trabalhistas, Previdenciárias e Assistenciais a Pagar a Longo Prazo são decorrentes de reconhecimento de passivos de precatórios efetuados pelos Tribunais Regionais Federais, e não tiveram alteração nesse 2º trimestre de 2021.

Os Empréstimos e Financiamentos a Longo Prazo procedem de Contratos de Financiamento e Cessão de Créditos em Caução celebrados entre a União e o INSS, com a interveniência do Banco do Brasil S.A, nos termos do disposto na Medida Provisória nº 1.751-8 de 20/11/1997, Lei nº 9.639 de 25/05/1998 e Medida Provisória 1.868-18 de 27/08/1999. Esses empréstimos foram destinados a custear o déficit financeiro do INSS. O citado subgrupo apresentou variação positiva de 1,27% neste período de 2021 em relação ao ano de 2020, decorrente do reconhecimento da Atualização Monetária (SELIC) prevista no Contrato de Financiamento e Cessão de Créditos em Caução, passando a representar 99,78% do Grupo Passivo Não Circulante.



---

## Instituto Nacional do Seguro Social – INSS 2º Trimestre de 2021

---

Com representação no Grupo de 0,18%, o subgrupo Fornecedores e Contas a Pagar a Longo Prazo origina-se de reclassificação do Passivo Circulante, referente às obrigações junto à Empresa de Tecnologia e Informações da Previdência - DATAPREV, referente à prestação de serviços estratégicos comuns de soluções de tecnologia da informação.

O subgrupo Demais Obrigações a Longo Prazo, em sua maioria, é resultante do reconhecimento dos passivos de Requisição de Pequeno Valor/Precatórios de Pessoal, e não teve alteração significativa nesse período.

### **Nota 9 - Receita da Folha de Benefícios**

A Receita da Folha de Benefícios decorre do processo de reconhecimento do direito do segurado que se finaliza com o pagamento do benefício ao segurado. Os pagamentos são realizados por meio das Instituições Financeiras – IFs contratadas.

Até o exercício financeiro de 2009, o INSS realizava despesa, em torno de R\$ 250 milhões anuais para disponibilizar aos segurados os pagamentos junto às instituições financeiras. A partir de janeiro de 2010, o INSS inverteu a ótica e as IFs passaram a remunerar o Órgão por cada benefício pago.

Todo o processo de contratação foi amplamente debatido, por meio de audiências públicas, visando à melhoria e garantindo a transparência necessária. Realizou-se então o processo licitatório que culminou com a anuência e aprovação do modelo pelo Tribunal de Contas da União – TCU.

Inicialmente, o contrato contemplou somente as novas concessões, assim as instituições financeiras remuneravam o INSS estritamente, no tocante aos valores pagos referentes aos benefícios de novas concessões, não englobando o estoque de benefícios. Em 2011, novo contrato foi assinado com as IFs, permitindo a cobrança de tarifas também nos pagamentos referentes ao estoque. Desta forma, a receita da folha passou a contemplar 100% da folha de benefícios administrada pelo INSS.





**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

A receita arrecadada é contabilizada, conforme os códigos de cada leilão: 20029 (1º Leilão nº 07/2009), 20042 (Estoque), 20002 (2º Leilão nº 016/2014) e 28969 (3º Leilão nº 016/2019). Seguem os valores da arrecadação até o segundo trimestre no exercício de 2021:

**Tabela 20 - Receita do Leilão por Código de Recolhimento – 2º Trimestre de 2021**

<b>Código de Recolhimento</b>	<b>2º Trimestre de 2021</b>	<b>AV (%)</b>
20029 – Receita do 1º Leilão	104.995.588,52	8,11
20042 – Receita do Estoque	34.502.969,28	2,67
20002 – Receita do 2º Leilão	599.798.330,24	46,36
28969 – Receita do 3º Leilão	554.625.568,05	42,86
<b>Total</b>	<b>1.293.922.456,09</b>	<b>100,00</b>

Fonte: SIAFI

A tabela abaixo demonstra a arrecadação da receita do leilão, por código de recolhimento, até o segundo trimestre no ano de 2021 e de 2020.

**Tabela 21 - Receita do Leilão por Cód. de Recolhimento – 2º Trimestre de 2021 e de 2020.**

<b>Código</b>	<b>2º Trimestre de 2021</b>	<b>2º Trimestre de 2020</b>	<b>AH(%)</b>
20029 - 1º Leilão	104.995.588,52	107.315.007,65	(2,16)
20042 - Estoque	34.502.969,28	35.879.618,30	(3,84)
20002 - 2º Leilão	599.798.330,24	657.332.853,48	(8,75)
28969 - 3º Leilão	554.625.568,05	96.264.881,94	476,15
<b>Total</b>	<b>1.293.922.456,09</b>	<b>896.792.361,37</b>	<b>44,28</b>

Fonte: SIAFI

Mesmo com a diminuição dos valores arrecadados na receita do 1º Leilão, do Estoque e do 2º Leilão em 2,16%, 3,84% e 8,75% respectivamente, devido ao aumento de 476,15% do valor arrecadado na Receita do 3º Leilão, o resultado obtido até o segundo trimestre, no ano de 2021, foi 44,28% superior em relação ao mesmo período do ano anterior.



---

**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

---

**Nota 10 - RPV e Precatórios**

O pagamento de Precatórios decorrente de ações movidas contra o INSS, advindos da Justiça Federal, é realizado diretamente pelos Tribunais Regionais Federais – TRFs.

Em conformidade com o entendimento do Tribunal de Contas da União, a obrigação a pagar com sentenças judiciais pelos órgãos da Justiça Federal é registrado no INSS e as despesas com sentenças judiciais, executadas pelos Tribunais Federais, são apropriadas diretamente nas despesas de Classe 3 (variações patrimoniais diminutivas).

**Tabela 22 - Provisão de Precatórios – Tribunais Federais**

<b>Conta Contábil</b>	<b>R\$</b> <b>Valor Provisionado para 2021</b>
Benefícios Previdenciários - Precatórios	1.549.630.636,39

Fonte: SIAFI 2020.

**Tabela 23 - Despesas Patrim. de Precat. e Requis. Pequeno Vr. Trib. Fed. - 2021**

<b>Conta Contábil</b>	<b>R\$</b> <b>VPD – 2º Trimestre 2021</b>
Sentenças Judiciais – Pessoal Ativo – RPPS	18.944.587,21
Sentenças Judiciais – Benefícios a Pessoal	373.479,38
Sentenças Judiciais - Aposentadorias – RPPS	44.161.706,15
Sentenças Judiciais – Pensões – RPPS	1.356.393,31
Sentenças Judiciais - Outros Benef. Prev. – RPPS	6.169.647,75
Sentenças Judiciais - Outros Benef. Assistenciais	4.395.475,55
Sentenças Judiciais – Serviços de Terceiros - PF	3.414.932,50
Sentenças Judiciais – Serviços de Terceiros - PJ	1.244.792,07
<b>Total</b>	<b>80.061.013,92</b>

Fonte: SIAFI 2021.

Os Tribunais Federais são responsáveis pelos lançamentos de RPVs e Precatórios Federais. Já o INSS realiza apenas o acompanhamento dos registros e, neste sentido, limita-se a uma análise de classificação contábil verificando a consistência do registro de modo a garantir que a classificação contábil seja adequada à finalidade do FRGPS.



## Instituto Nacional do Seguro Social – INSS 2º Trimestre de 2021

### Nota 11 - Demonstrações das Variações Patrimoniais

A Demonstração das Variações Patrimoniais (DVP) evidencia as alterações verificadas no patrimônio, resultantes ou independentes da execução orçamentária, e indica o resultado patrimonial do exercício.

### Variações Patrimoniais Aumentativas

A tabela abaixo apresenta os maiores grupos de Variações Patrimoniais Aumentativas do 2º trimestre de 2021 comparadas com o mesmo período do ano de 2020.

**Tabela 24 – Maiores Grupos de Variações Patrimoniais Aumentativas**

	<b>R\$</b>		
<b>Grupos</b>	<b>2º Trimestre 2021</b>	<b>2º Trimestre 2020</b>	<b>AH(%)</b>
Transferências e Delegações Recebidas	415.612.404.107,01	412.662.874.420,25	0,71
Valor. Ganhos c/ Ativos e Desinc. de Passivos	60.174.559.293,83	839.033.642,21	7.071,89
Expl. e Venda de Bens, Serv. e Direitos	1.301.472.019,01	905.219.913,00	43,77

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

### Transferências e Delegações Recebidas

**Tabela 25 - Transferências e Delegações Recebidas**

	<b>R\$</b>				
<b>Subgrupo</b>	<b>2º Trimestre 2021</b>	<b>AV (%)</b>	<b>2º Trimestre 2020</b>	<b>AV (%)</b>	<b>AH (%)</b>
Transferências Intragover.	415.606.139.914,61	100,00	412.659.527.533,74	100,00	0,71
Outras Transf. e D. Receb.	6.264.192,40	-	3.346.886,51	-	87,16
<b>Total</b>	<b>415.612.404.107,01</b>	<b>100,00</b>	<b>412.662.874.420,25</b>	<b>100,00</b>	<b>0,71</b>

Fonte: SIAFI 2021 e 2020

O Grupo Transferências e Delegações Recebidas é formado pelos subgrupos Transferências Intragovernamentais e Outras Transferências e Delegações Recebidas. Tem origem em transferências de recursos decorrentes de envios financeiros de órgãos da administração indireta e por sub-repasses ocorridos entre as Unidades Gestoras do mesmo órgão, destinados a atender despesas de custeio de LOAS, BPC/RMV e do FRGPS. Se comparado com o mesmo período de 2020, o Grupo apresentou um acréscimo de 0,71% em relação ao 2º trimestre de 2020, atingindo o montante de R\$ 415,612 bilhões.



**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

**Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivo**

**Tabela 26 - Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos**

	R\$				
<b>Subgrupo</b>	<b>2º Trimestre 2021</b>	<b>AV (%)</b>	<b>2º Trimestre 2020</b>	<b>AV (%)</b>	<b>AH(%)</b>
Ganhos com Desinc. de Passivos	60.174.454.520,97	100,00	838.418.365,94	100,00	7.077,14
Ganhos com Incorp. de Ativos	104.772,86	-	615.276,27	-	(82,97)
<b>Total</b>	<b>60.174.559.293,83</b>	<b>100,00</b>	<b>839.033.642,21</b>	<b>100,00</b>	<b>7.071,89</b>

Fonte: SIAFI 2020 e 2021.

O grupo Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos é formado pelos subgrupos Ganhos com Desincorporação de Passivos e Ganhos com Incorporação de Ativos.

No subgrupo Ganhos com Desincorporação de Passivos são efetuados os registros de prestação de contas de TED (Termo de Execução Descentralizada), destinado ao pagamento de LOAS, efetuado pelo Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania; bem como a atualização da dívida de Precatórios e RPV de Pessoal, Benefícios Previdenciários e Terceiros. Esse subgrupo apresentou uma evolução horizontal de 7.077,14% se comparado ao mesmo período do ano de 2020, decorrente, principalmente, de prestação de contas de Transferência Eletrônica Descentralizada, atingindo o valor de R\$ 60,174 bilhões.

**Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos**

**Tabela 27 - Exploração e Vendas de Bens, Serviços e Direitos**

	R\$				
<b>Subgrupo</b>	<b>2º Trimestre 2021</b>	<b>AV (%)</b>	<b>2º Trimestre 2020</b>	<b>AV (%)</b>	<b>AH(%)</b>
Expl. de Bens, Dir. e Prest. de Serv.	1.301.472.019,01	100,00	905.219.913,00	100,00	43,77
<b>Total</b>	<b>1.301.472.019,01</b>	<b>100,00</b>	<b>905.219.213,00</b>	<b>100,00</b>	<b>43,77</b>

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

O grupo em análise é constituído pelo subgrupo de Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços, que decorre das variações patrimoniais aumentativas de Alugueis, Taxas de Uso de Imóveis e do Leilão da Folha de Pagamento de Benefícios, o qual demonstrou um incremento de R\$ 396,252 milhões, resultando no avanço de 43,77% em relação ao 2º



## Instituto Nacional do Seguro Social – INSS 2º Trimestre de 2021

trimestre de 2020, podendo ser justificado pelo aumento das receitas do Leilão da Folha de Pagamento de Benefícios tema detalhado na Nota 9.

### Variações Patrimoniais Diminutivas

A tabela abaixo apresenta os maiores grupos de Variações Patrimoniais Diminutivas do 2º trimestre de 2021 comparadas com o mesmo período do ano de 2020.

**Tabela 28 – Maiores Grupos de Variações Patrimoniais Diminutivas**

VPD	R\$		
	2º Trimestre 2021	2º Trimestre 2020	AH(%)
Transf. e Delegações Concedidas	377.245.772.763,54	376.389.510.565,65	0,23
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	36.391.201.392,37	34.636.311.546,06	5,07
Desval. e Perdas de Ativ. e Incorp. de Pas.Trib.	33.594.483.133,24	31.466.374.365,67	6,76

Fonte: SIAFI 2021 e 2020

**Tabela 29- Transferências e Delegações Concedidas**

Subgrupo	R\$				
	2º Trimestre 2021	AV (%)	2º Trimestre 2020	AV (%)	AH(%)
Transf. Intragovern.	377.231.081.541,68	100,00	376.386.049.873,72	100,00	0,22
Transf. ao Exterior	9.666.912,92	-	-	-	-
Outras. Transf. e Del. Conc	5.024.308,94	-	3.460.691,93	-	45,18
<b>Total</b>	<b>377.245.772.763,54</b>	<b>100,00</b>	<b>376.389.510.565,65</b>	<b>100,00</b>	<b>0,23</b>

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

O grupo Transferências e Delegações concedidas é constituído pelos subgrupos Transferências Intragovernamentais, Transferências ao Exterior e Outras Transferências e Delegações Concedidas. Registra os recursos decorrentes de execução orçamentária e independentes de execução orçamentária, de bens e valores referentes às transações intragovernamentais e intergovernamentais.

No 2º trimestre de 2021, o subgrupo Transferências Intragovernamentais foi responsável por quase a totalidade do Grupo em análise, apresentando uma evolução de 0,22% em relação ao mesmo trimestre de 2020. Neste trimestre foram transferidos ao FRGPS aproximadamente R\$ 363,347 bilhões destinados ao custeio de pagamento de Benefícios Previdenciários, Restos a Pagar e COMPREV.



**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

**Benefícios Previdenciários e Assistenciais**

**Tabela 30 - Benefícios Previdenciários e Assistenciais**

	<b>R\$</b>				
<b>Subgrupo</b>	<b>2º Trimestre 2021</b>	<b>AV (%)</b>	<b>2º Trimestre 2020</b>	<b>AV (%)</b>	<b>AH(%)</b>
Benef. de Prest. Continuada	32.986.400.620,87	90,64	30.888.862.934,14	89,18	6,79
Aposentadorias e Reformas	2.408.390.686,07	6,62	2.685.891.063,58	7,75	(10,33)
Pensões	970.384.508,79	2,67	1.043.210.673,66	3,01	(6,98)
Outros Benef. Prev. e Assist.	26.025.576,64	0,07	18.346.874,68	0,05	41,85
<b>Total</b>	<b>36.391.201.392,37</b>	<b>100,00</b>	<b>34.636.311.546,06</b>	<b>100,00</b>	<b>5,07</b>

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

Em relação ao grupo Benefícios Previdenciários e Assistenciais, este é formado pelos subgrupos Benefícios de Prestação Continuada, Aposentadorias e Reformas, Pensões e Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais.

O subgrupo Benefícios de Prestação Continuada é o que possui maior relevância atingindo 90,64% do total do Grupo em questão, e se comparado ao 2º trimestre de 2020 demonstra um incremento de 6,79%, justificado, em parte, pelo reajuste do salário mínimo concedido pelo Governo Federal de 5,26%, bem como as ações do Governo Federal relacionada a pandemia da Covid-19 detalhada na Nota 12.

**Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivo Tributário**

**Tabela 31 - Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivo Tributário**

	<b>R\$</b>				
<b>Subgrupo</b>	<b>2º Trimestre 2021</b>	<b>AV (%)</b>	<b>2º Trimestre 2020</b>	<b>AV (%)</b>	<b>AH(%)</b>
Incorporação de Passivos	33.583.734.582,40	99,97	31.464.958.778,11	100,00	6,73
Reav. Redução a Valor Recup. Ajust. P/ Perdas	7.450.320,32	0,02	86.944,66	-	8.469,04
Desincorporação de Ativos	3.298.162,92	0,01	1.327.562,14	-	148,44
Perdas Involuntárias	67,60	-	1.080,76	-	(93,75)
<b>Total</b>	<b>33.594.483.133,24</b>	<b>100,00</b>	<b>31.466.374.365,67</b>	<b>100,00</b>	<b>6,76</b>

Fonte: SIAFI 2020 e 2021.



## Instituto Nacional do Seguro Social – INSS 2º Trimestre de 2021

O grupo Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivo Tributário é constituído pelo subgrupo Incorporação de Passivos, Reavaliação, Redução a Valor Recuperado, Ajustes Para Perdas, Desincorporação de Ativos e Perdas Involuntárias. O Grupo em análise demonstrou um avanço de 6,76% se confrontado com o mesmo período de 2020, devido, principalmente, ao registro dos TEDs (Termo de Execução Descentralizada), destinados ao pagamento de LOAS, efetuado pelo Fundo Nacional de Assistência Social do Ministério da Cidadania, lançados no subgrupo Incorporação de Passivos.

### Tabela 32 - Resultado Patrimonial do Período

	R\$
<b>DVP</b>	<b>2º Trimestre 2021</b>
Variações Patrimoniais Aumentativas	477.429.290.048,18
Variações Patrimoniais Diminutivas	450.610.373.577,16
<b>Resultado Patrimonial do Período (VPAs-VPDs)</b>	<b>26.818.916.471,02</b>

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

O resultado patrimonial do período é apurado pelo confronto entre as variações patrimoniais quantitativas aumentativas e diminutivas, sendo que o valor apurado passa a compor o saldo patrimonial do Balanço Patrimonial-BP.

### Tabela 33 - Análise do Resultado Patrimonial do Período

	R\$		
<b>DVP</b>	<b>2º Trimestre 2021</b>	<b>2º Trimestre 2020</b>	<b>AH(%)</b>
Resultado Patrimonial do Período	26.818.916.471,02	(31.481.450.723,56)	185,19

Fonte: SIAFI 2021 e 2020.

A Demonstração das Variações Patrimoniais do 2º Trimestre de 2021 apontou um Resultado Patrimonial superavitário de R\$ 26,819 bilhões, resultando em um aumento de 185,19% em comparação ao 2º trimestre de 2020, podendo ser justificado pela prestação de contas dos Termos de Execução Descentralizada - TEDs.

### Nota 12 - Ações relacionadas ao COVID-19

Com fundamento na Lei 13.982 de 02 de abril de 2020, o INSS realizou antecipações de benefício de prestação continuada no valor de R\$ 600,00 (seiscentos reais), conforme disposição trazida no art. 3º, transcrito abaixo:



---

## Instituto Nacional do Seguro Social – INSS 2º Trimestre de 2021

---

Art. 3º Fica o INSS autorizado a antecipar o valor mencionado no art. 2º desta Lei para os requerentes do benefício de prestação continuada para as pessoas de que trata o [art. 20 da Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993](#), durante o período de 3 (três) meses, a contar da publicação desta Lei, ou até a aplicação pelo INSS do instrumento de avaliação da pessoa com deficiência, o que ocorrer primeiro. ([Vide Decreto nº 10.413, de 2020](#))

Parágrafo único. Reconhecido o direito da pessoa com deficiência ou idoso ao benefício de prestação continuada, seu valor será devido a partir da data do requerimento, deduzindo-se os pagamentos efetuados na forma do caput.

Tais antecipações geraram uma despesa ao longo do 1º trimestre de 2021 de R\$98.458.827,89 (noventa e oito milhões, quatrocentos e cinquenta e oito mil, oitocentos e vinte e sete reais e oitenta e nove centavos), conforme tabela 34.

**Tabela 34 - Valores Mensais Físicos e Financeiros das Antecipações**

Competência	Quantidade de créditos	R\$ Valor
jan/21	116.261	74.946.885,97
fev/21	7.587	11.063.782,76
Mar/21	7.280	12.448.159,16
<b>Total</b>	<b>131.128</b>	<b>98.458.827,89</b>

Fonte: Dataprev.

No tocante aos procedimentos operacionais e atendendo às recomendações para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional, decorrente da pandemia do coronavírus (SARS-CoV-2), as atividades de logística se pautaram, em um primeiro momento, no ajuste das contratações públicas decorrente da suspensão do atendimento presencial, ante as medidas de distanciamento social e, em um segundo momento, no atendimento das demandas de aquisições de bens e serviços diretamente relacionados ao retorno gradual seguro das atividades presencial, tanto aos servidores e prestadores de serviços, quanto aos próprios beneficiários desta Autarquia.

Contando com o amparo da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, posteriormente alterada pela Lei nº 14.035, de 11 de agosto de 2020, foram adotados procedimentos e medidas excepcionais para as aquisições de bens, serviços e insumos necessários ao enfrentamento da Pandemia, para dar conta do período de emergência, durante o estado de calamidade pública, reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6/2020.





---

**Instituto Nacional do Seguro Social – INSS**  
**2º Trimestre de 2021**

---

Visando o retorno gradual das atividades presenciais, de forma segura, no âmbito dos contratos de prestação continuada de serviços de limpeza e vigilância, as ações de logística se pautaram basicamente no Plano de Reabertura das Unidades de Atendimento (SEI nº 1895098) e informações fornecidas pela “Equipe Técnica - GT Reabertura das APS”, chanceladas pela Diretoria de Atendimento, com impactos nas contratações de vigilância e, de forma mais contundente e com reflexos orçamentárias diretos, nos de prestação de serviços de limpeza e conservação, com as demandas de readequação quantitativa e qualitativa, com vistas à proteção e controle da transmissão do novo coronavírus.

Pode-se destacar, ainda, as aquisições de Equipamentos de Proteção Individual (EPI) e de Proteção Coletiva (EPC), tanto para os servidores, quanto para os segurados (quando necessário). Foram adquiridos materiais como: lixeiras plásticas com tampa e pedal; saboneteiras para gel tipo *dispenser*; anteparo de placa acrílica (protetor para guichê); álcool em gel 70%, luvas, toucas (gorros) e aventais descartáveis, termômetro digital portátil, máscaras descartáveis e de tecido, além de protetor facial (tipo *face shield* – reutilizável). Em complementação e visando futura reposição, foram providenciadas Atas de Registro de Preços, com vistas a evitar a descontinuidade na prestação dos serviços no âmbito do Instituto.

COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE  
COORDENAÇÃO-GERAL DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE  
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS E ADMINISTRAÇÃO  
INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL